



**Excelentíssima Senhora Superintendente Estadual de Compras e Licitações de Rondônia, Pregoeiro(a) do Pregão Eletrônico nº 90200/2025/SUPEL/RO,**

**RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90200/2025/SUPEL/RO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, por meio de Registro de Preços.

**RECORRENTE: RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.886.827/0001-06, com sede na Av. Calama, nº 2666, Sala 24, bairro Liberdade, na Cidade de Porto Velho – RO, representada neste ato em conjunto por seu procurador legalmente constituído **Sr. Ederson José da Silva Lopes**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 940.398.951-34, residente e domiciliado em Porto Velho – RO; e pelo advogado regularmente constituído (procuração em anexo), **Charles Pereira Lustosa Santos**, inscrito na OAB/PR nº 33.280, com escritório profissional localizado na Av. das Torres, nº 500, bairro FAG, na cidade de Cascavel – Pr., e-mail [charles@fag.edu.br](mailto:charles@fag.edu.br) e telefone/whatsapp (45)98803-4141, onde recebe intimações e notificações, infra-assinados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no Art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, interpor o presente

**RECURSO ADMINISTRATIVO**



contra a decisão de homologação do resultado do certame e habilitação da empresa **EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA.**, proferida no Pregão Eletrônico nº 90200/2025/SUPEL/RO, o que faz com base nas razões de fato e de direito adiante expostas:

## I. DA ADMISSIBILIDADE RECURSAL

A Recorrente manifestou sua intenção de interpor recurso em momento oportuno, conforme registrado na Ata do Pregão Eletrônico nº 90200/2025, especificamente às 12:01:23 e 12:26:00 do dia 29/08/2025, após as fases de julgamento e habilitação.

Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:09	desejo manter miha proposta original, porque o preço praticado pelo vencedor não está de acordo com o tim 9.5.1 do Edital.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:40	9.5.1. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR LOTE ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão accitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 12:00:56	O licitante declarado vencedor e mais outros apresentaram proposta com mais de duas casas decimais, contrariando o edital. Neste mesmo objeto no ano anterior houve a desclassificação das empresas que apresentaram estes valores.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 12:01:23	Em momento oportuno iremos recursar.

Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:09	desejo manter miha proposta original, porque o preço praticado pelo vencedor não está de acordo com o tim 9.5.1 do Edital.
---	------------------------	--

29/08/2025 às 12:26:00	Fornecedor RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
------------------------	--

A presente peça recursal é apresentada dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata de habilitação/julgamento, conforme preceitua o Art. 165, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

A legitimidade da Recorrente advém de sua participação no certame e de sua clara sucumbência em face da decisão que a impede de prosseguir na disputa em igualdade de condições, configurando-se o interesse processual pela necessidade de revisão de



ato que considerou vencedora e habilitada empresa cuja proposta e procedimento padecem de vícios insanáveis.

Presentes, portanto, todos os pressupostos de admissibilidade, requer-se o recebimento e o conhecimento do presente recurso.

## II. SÍNTESE DO PROCESSO LICITATÓRIO E DA DECISÃO IMPUGNADA

O Pregão Eletrônico nº 90200/2025/SUPEL/RO tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais.

A sessão pública ocorreu entre os dias 28 e 29 de agosto de 2025.

Durante a fase de lances, a empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA foi declarada vencedora do Item 1, apresentando o lance de **R\$ 0,0001 (unitário)**.

Sistema	28/08/2025 às 10:41:37	Senhores licitantes, bom dia!
Sistema	28/08/2025 às 10:42:56	Finalizada a etapa de lances, observou-se que houve diversos empates e que todos os licitantes declararam ter Programa de Integridade.
Sistema	28/08/2025 às 10:45:47	Assim, aplicou-se o Art. 60 e efetivou-se o desempate, sendo a primeira colocada a empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA.
Sistema	28/08/2025 às 10:51:15	Portanto, conforme Decreto n.º 12.304/2024, o contratado que declarar possuir programa de integridade e fizer usufruto como critério de desempate deverá, segundo Art. 4º e 5º do referido Decreto, comprovar a implantação do programa de integridade.
Sistema	28/08/2025 às 11:41:55	Senhores licitantes, considerando que empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA restou classificada em primeiro lugar, é necessário oportunizar o registro de mais de um fornecedor necessário, o(s) qual(is) poderá(ão) substituir o melhor colocado em caso da sua inexecução contratual.

Este lance foi aceito pelo Pregoeiro e, posteriormente, a empresa foi habilitada.

A Recorrente, RONDON AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, por sua vez, demonstrou sua inconformidade no chat do pregão, especificamente às 11:59:09 do dia 28/08/2025, afirmando que o preço praticado pelo vencedor "não está de acordo com o item 9.5.1 do Edital" (retificado pelo Edital, Seção 11.2.1, como sendo a regra aplicável à negociação e atualização de preços).





Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:09	desejo manter minha proposta original, porque o preço praticado pelo vencedor não está de acordo com o item 9.5.1 do Edital.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:40	9.5.1. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR LOTE ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 12:00:56	O licitante declarado vencedor e mais outros apresentaram proposta com mais de duas casas decimais, contrariando o edital. Neste mesmo objeto no ano anterior houve a desclassificação das empresas que apresentaram estes valores.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 12:01:23	Em momento oportuno iremos recorrer.

A Recorrente expressou claramente que o licitante vencedor e outros apresentaram propostas com mais de duas casas decimais, contrariando o edital (item 11.2.1) e que, em certame anterior (Pregão Eletrônico nº 509/2023/SUPEL/RO) com o mesmo objeto, houve desclassificação de empresas por esse motivo.

Apesar da manifestação da Recorrente e da clara divergência com o estabelecido no edital, a decisão do Pregoeiro foi no sentido de aceitar a proposta da empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA e, em seguida, habilitá-la.

Cumpra esclarecer que em certame anterior (Pregão Eletrônico nº 509/2023/SUPEL/RO), ocorreu a mesma situação com a empresa Recorrente RONDON AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., e esta foi desclassificada em julgamento de recurso, conforme decisão que passamos a anexar.

### Parecer da pregoeira:

#### VI. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 44, após análise dos recursos manifestos, recebidos e conhecidos, com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios que regem o processo licitatório, opino pela sua IMPROCEDÊNCIA, mantendo aceita proposta da Recorrida, bem como a mesma habilitada neste certame.

Importante destacar que esta decisão, não vincula a deliberação superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base no que foi carreado a este certame, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise e a conclusão.

### Decisão sobre o Recurso à época:

Desta feita, em concordância com o Termo de Análise de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0044687444) que elaborado em observância às razões recursais da empresa RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO (Id. Sei! 0044728443), apresentada no certame, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Pregoeira condutora do certame.

Isto posto, **DECIDO** conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** os recurso interposto pela empresa RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Pregoeira condutora do certame.

À Pregoeira para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Assim, resta demonstrado que no certame anterior (Pregão Eletrônico 509/2023), a Recorrente foi desclassificada,



justamente por apresentar propostas com mais de duas casas decimais após a vírgula.

### III. DAS RAZÕES RECURSAIS (MÉRITO)

As irregularidades que maculam o presente certame, afetando diretamente a lisura e a competitividade, concentram-se em dois pontos cruciais: a aceitação de proposta em desacordo com a regra das casas decimais do edital e a questionável flexibilização dos requisitos de habilitação.

#### A. Da Violação ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório – Regra das Casas Decimais

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos pilares de toda e qualquer licitação pública, conforme preconiza o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Ele garante a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes, ao impor que tanto a Administração quanto os participantes observem rigorosamente as regras do edital, que se torna a "lei interna" do certame.

No presente Pregão Eletrônico nº 90200/2025, o próprio **Instrumento Convocatório ("IC E ANEXOS edital 2025")**, na **Seção 11.2.1**, é cristalino ao dispor que:

*"11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência."*

Não há margem para interpretação diversa. A regra exige que os valores sejam apresentados com até duas casas decimais.

Contudo, a empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA ofertou o lance de **R\$ 0,0001**, que contém **quatro casas decimais**.

A tentativa do Pregoeiro de sanar essa flagrante irregularidade no chat, ao afirmar que "lances do tipo R\$ 0,0001 serão considerados como R\$ 0,00" (Ata PE 2025.pdf, 28/08/2025 às 12:54:58), não tem o condão de convalidar o vício.



A fase de lances deve observar as regras predefinidas no edital.

A "negociação" posterior (prevista no item 11 do edital) refere-se ao ajuste de preço para um valor mais vantajoso dentro das regras já estabelecidas, e não à alteração de uma regra de formatação numérica de lance que é condição de aceitabilidade.

O diálogo com a empresa EDX, onde o Pregoeiro aprova a oferta de R\$ 0,0001 com a intenção de ser R\$ 0,00 (Ata PE 2025, 28/08/2025 às 12:54:58 e seguintes), demonstra uma flexibilização que não encontra amparo no princípio da vinculação ao edital.

Sistema	28/08/2025 às 12:54:58	Logo, lances do tipo R\$ 0,0001 serão considerados como R\$ 0,00.
Sistema	28/08/2025 às 12:58:21	Todavia, tal informação não repele a possibilidade de exercício do direito recursos que vos compete.
Sistema	28/08/2025 às 13:00:26	Onde se lê: direito recursos, leia-se: direito recursal
Sistema	28/08/2025 às 13:09:04	Compete ainda, a este Agente de Contratação, esclarecer que, por prática da Administração Pública, este objeto persiste na modalidade Pregão Eletrônico, todavia há legalidade para exercer o Credenciamento sob as hipóteses do Art. 79 contidas na Lei n.º 14.133/2021.
Sistema	28/08/2025 às 13:12:32	E diante disso, irsignações como o lance R\$ 0,0001, o qual pode ser interpretado como R\$ 0,00, não existiriam, logo como forma de conscientização aos Senhores, sugere-se indagar a aplicação legal do Credenciamento às Secretarias que solicitam tanto o agenciamento de passagem terrestre quanto aérea.
Sistema	28/08/2025 às 13:43:22	Solicita-se alguns minutos enquanto a documentação encaminhada pela empresa é EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA está sendo conferida.

Tal atitude mostra a violação da regra constante do Edital.

## **B. Da Quebra da Isonomia e da Segurança Jurídica – Precedente do Pregão Eletrônico nº 509/2023**

A violação à isonomia torna-se ainda mais grave quando se confronta a presente situação com o tratamento dado a esta mesma Recorrente em um certame anterior da própria SUPEL/RO.

Conforme o documento "**Parecer Pregoeira - Recurso Rondon 2023**", referente ao Pregão Eletrônico nº 509/2023/SUPEL/RO, a Recorrente, RONDON AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, teve seus lances de **R\$ 0,0001 excluídos por cinco vezes** exatamente pelo mesmo motivo: apresentarem mais de duas casas decimais.





Naquele processo, a Pregoeira (Maria do Carmo do Prado) fundamentou a exclusão na regra do edital (subitem 9.5 daquele certame, equivalente ao 11.2.1 do certame atual) que vedava lances com mais de duas casas decimais.

A Pregoeira, na ocasião, rejeitou o recurso da Rondon, que alegava que R\$ 0,0001 deveria ser arredondado para R\$ 0,00, mantendo a exclusão dos lances e a habilitação da empresa concorrente (INOVVE TURISMO LTDA).

A disparidade de critérios é gritante e inaceitável:

1. No Pregão Eletrônico nº 509/2023, lances de R\$ 0,0001 da Rondon foram **excluídos** por terem mais de duas casas decimais. A SUPEL/RO, por meio de sua Pregoeira, manteve essa decisão em sede recursal.

2. No Pregão Eletrônico nº 90200/2025, lances de R\$ 0,0001 da EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA foram **aceitos** (e considerados R\$ 0,00), apesar de terem as mesmas quatro casas decimais, em clara violação à regra do edital (ambos os editais possuem a mesma previsão).

Vejamos abaixo (decisão integral em anexo), o parecer referente o recurso sobre o tema das casas decimais, analisado e julgado referente o certame 2023/2024, onde o debate era justamente a questão relativa às casas decimais, sendo que naquela decisão optou-se por não aceitar a precificação com 4 (quatro) casas decimais depois da vírgula.



Ocorre que, observando as informações contidas no termo de análise de recurso verifica-se que de fato, tanto a proposta inicial quanto os lances, foram apresentados em formato inadequado às regras do certame, vejamos:

**Lances** (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 335,0100	45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 335,0100	08.808.153/0001-71	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 335,0100	51.005.761/0001-77	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 3,3501	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 0,0100	45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:20:12:093
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:20:32:377
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:21:23:210
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:21:53:880
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:22:41:593
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:33:07:333

Nesse sentido, evidente que não assiste razão as irresignações do recorrente, visto que apresentou proposta em manifesta desconformidade com a exigência editalícia. Por conseguinte, não há como sustentar possível obscuridade no regramento, posto que tais questões foram devidamente exemplificadas no exame de esclarecimentos formulado pela Pregoeira.

Além do exposto, não assiste razão ao licitante em suas alegações de exclusão arbitrária de sua proposta, posto que, o ato da Pregoeira foi devidamente motivado.

Desta feita, em concordância com o Termo de Análise de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0044687444) que elaborado em observância às razões recursais da empresa RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO (Id. Sei! 0044728443), apresentada no certame, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Pregoeira condutora do certame.

Isto posto, DECIDO conhecer e julgar IMPROCEDENTE os recurso interposto pela empresa RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO.

Em consequência, MANTENHO a decisão da Pregoeira condutora do certame.

À Pregoeira para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Fabiola Menegasso Dias  
Superintendente Substituta  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL

Essa mudança arbitrária de entendimento, sem qualquer justificativa prévia ou alteração editalícia que a ampare, fere de morte os princípios da **isonomia**, da **segurança jurídica** e da **confiança legítima** dos licitantes, previstos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Administração não pode, a seu bel-prazer, alterar as regras de um certame ou a interpretação de suas próprias normas, prejudicando uns e beneficiando outros em situações idênticas.

Não é diferente o entendimento do Tribunal de Contas do Estado sobre o tema, motivo pelo qual anexamos o julgado do processo 01593/2021-TCE/RO, referente situação análoga ocorrida em São Francisco do Guaporé – RO. (decisão em anexo).

A Recorrente agiu e apresentou proposta de preços de acordo com o edital e, sobretudo, com a interpretação rígida que a própria Administração já havia aplicado em situação pretérita similar em face da própria recorrente.





Se o lance de R\$ 0,0001 é agora aceitável e passível de arredondamento para R\$ 0,00, então a Recorrente foi indevidamente prejudicada no pregão anterior?

Se, por outro lado, a interpretação anterior era correta, como de fato é, e a regra das duas casas decimais é uma condição de aceitabilidade, então a EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA e todas as que se utilizaram de mais de duas casas decimais após a vírgula, deveriam ter tido seus lances excluídos.

A incoerência é manifesta e insustentável, devendo ser prontamente afastada.

### C. Da Flexibilização Indevida da Habilitação e da Segurança Jurídica

Outro ponto que merece atenção é a condução da fase de habilitação da empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA.

A Ata do Pregão (29/08/2025 às 10:03:27) revela que a EDX não havia encaminhado o balanço de 2023, DRE e termo de abertura/fechamento do ano de 2023, tendo apenas enviado o documento contido no SICAF.

Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:01:12	Senhor licitante, como forma de diligência e por constar no sicafe seu balanço de 2023, é possível realizarmos diligência do referido documento?
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:01:35	Tendo em vista que o Senhor não realizou o encaminhamento dele.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:07:26	Prezado Pregoeiro, sim! Enviamos o documento mais atualizado, com balanço de 2024.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:10:16	Compreendido! Será oportunizado que envie o balanço de 2023, em razão de diligência, conforme disposto no inc. I do Art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:01:30	Bom dia, Senhor licitante!
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:03:27	Observou-se que o Senhor encaminhou durante a diligência documento igual ao contido no SICAF, todavia é necessário encaminhar ainda a DRE, termo de abertura e fechamento do ano de 2023.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:04:05	Dito isso, será concedida 2 (duas) horas para que encaminhe o referido documento em sede de diligência.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:57:21	Prezado Pregoeiro, bom dia! Enviamos todos os documentos contábeis do ano de 2023, caso necessário outro documento, gentileza informar. estamos à disposição.



Conforme exaustivamente debatido na doutrina e jurisprudência, a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis (como a DRE) **é um requisito substancial de qualificação econômico-financeira**, e a ausência de um exercício fiscal completo não configura mera falha formal passível de diligência.

A Lei de Licitações (Lei 14.133/2021, Art. 69) exige a apresentação desses documentos para aferir a real capacidade financeira da empresa.

*Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

*I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;*

*II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.*

*§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.*

*§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.*

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

*§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-*



*financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*

*§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

Embora o pregoeiro tenha concedido um prazo de duas horas para a empresa complementar a documentação faltante (e a empresa tenha cumprido), essa prática, em casos de ausência completa de documento essencial (não mera complementação de dados já existentes), abre precedente para questionamentos quanto à isonomia e à segurança jurídica do processo, criando uma vantagem indevida para a empresa que não cumpriu integralmente a exigência inicial do edital.

A ausência desses documentos impede a análise da aptidão econômico-financeira no momento da apresentação das propostas.

O documento "**Jurisprudência TCE** " **em anexo**, que trata de um caso de inabilitação por não apresentação de balanço, reforça a gravidade de tais omissões e a responsabilidade dos agentes públicos em situações de escolha de propostas "menos vantajosas" ou com vícios.

#### **IV. DOS PREJUÍZOS À RECORRENTE E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A conduta da Administração, ao aceitar propostas em desacordo com as regras editalícias e ao flexibilizar requisitos de habilitação de forma inconsistente com precedentes anteriores, causa prejuízos incalculáveis:

**1. Prejuízo à Recorrente:** A RONDON AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, ao se pautar pelas regras claras do edital e pela interpretação anteriormente aplicada pela própria SUPEL, foi duplamente prejudicada. Teve sua expectativa de participação justa e igualitária frustrada e viu-se alijada da possibilidade de contratação por uma interpretação casuística das normas.





**2. Prejuízo à Administração:** A aceitação de propostas irregulares e a quebra da isonomia comprometem a busca pela proposta mais vantajosa (Art. 3º, Lei 14.133/2021) e a credibilidade dos procedimentos licitatórios. Isso gera insegurança jurídica, desincentiva a participação de licitantes sérios e eficientes que pautam suas condutas pela estrita legalidade, e pode, inclusive, levar à nulidade do certame, com perdas de tempo e recursos públicos.

## V. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, e com base na legislação e princípios que regem as licitações públicas, a Recorrente, RONDON AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, requer a Vossa Senhoria:

**1. Recebimento** do presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e legítimo.

**2. Concessão de efeito suspensivo** à decisão impugnada, nos termos do Art. 165, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de evitar a prática de atos que possam gerar maiores prejuízos à Administração e à Recorrente.

**3. Reconsideração da decisão** que aceitou o lance e habilitou a empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, em virtude das manifestas irregularidades apontadas.

**4. No mérito, requer que seja declarada a irregularidade do lance** de R\$ 0,0001 da empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA e demais concorrentes que apresentaram propostas com mais de duas casas decimais (violação ao item 11.2.1 do Edital), bem como a sua consequente **desclassificação/inabilitação**.

**5. Requer, em consequência, a declaração da Recorrente RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA como vencedora do certame**, caso sua proposta seja a próxima mais vantajosa e esteja em plena conformidade com todas as regras do edital, ou ainda, alternativamente, seja realizado sorteio entre as concorrentes que apresentaram



propostas com duas casas decimais, atendendo ao item 11.2.1 do edital.

6. Subsidiariamente, caso os vícios identificados sejam considerados insanáveis e capazes de comprometer irremediavelmente a competitividade e a lisura do processo, requer a **anulação do Pregão Eletrônico nº 90200/2025/SUPEL/RO**.

#### **Fundamentação Jurídica Adicional:**

- **Princípio da Legalidade (Art. 37, CF/88):** A Administração deve atuar nos estritos termos da lei e do edital.

- **Princípio da Isonomia (Art. 5º, CF/88 e Art. 5º, Lei 14.133/2021):** Exige tratamento igualitário entre os licitantes, não sendo admissível a alteração de critérios entre certames ou para beneficiar determinados participantes.

- **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (Art. 5º, Lei 14.133/2021):** O edital é a lei interna da licitação e suas regras devem ser fielmente observadas.

- **Princípio do Julgamento Objetivo (Art. 5º, Lei 14.133/2021):** A avaliação das propostas e da habilitação deve se dar com base em critérios objetivos e predefinidos, não por subjetivismo ou casuísmo.

- **Súmula TCU 272:** "No edital de licitação, é vedada a fixação de exigência que, sem respaldo em lei, restrinja o caráter competitivo do certame." (Inverso: a não aplicação de regra editalícia que assegura objetividade e isonomia também é irregular).

- **Jurisprudência do TCE/RO (Processo 01593/2021-TCE/RO, Acórdão APL-TC 00041/23 - Jurisprudência TCE):** Demonstra a responsabilização de agentes públicos por "rejeição sumária de recurso administrativo" e por "escolha de proposta menos vantajosa", reforçando a necessidade de análise aprofundada dos recursos e a correta aplicação das regras editalícias.



Por fim, a Recorrente reitera sua plena conformidade com todas as exigências editalícias e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Termos em que  
Pede deferimento.  
Porto Velho/RO, 01 de setembro de 2025

**Charles Pereira Lustosa Santos**  
**OAB/PR 33.280**

**RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.**  
**CNPJ: 10.886.827/0001-06**

**ANEXOS:**

1. Documentos de habilitação (contrato social, procurações, etc);
2. Cópia da Intenção de Recurso registrada no chat do pregão;
3. Cópia da Ata do Pregão Eletrônico nº 90200/2025/SUPEL/RO;
4. Cópia do Parecer da Pregoeira referente ao Recurso Administrativo do Pregão Eletrônico nº 509/2023/SUPEL/RO (Processo 0029.028270/2023-61 - Parecer Pregoeira - Recurso Rondon 2023);
5. Cópia do Julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Processo 01593/2021-TCE/RO, Acórdão APL-TC 00041/23 - Jurisprudência TCE);
6. Cópia do Instrumento Convocatório (Edital de Pregão Eletrônico nº 90200/2025/SUPEL/RO e Termo de Referência).



## PROCURAÇÃO

OUTORGADOS: **CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob n.º 33.280, **NAIR CRISTINA GURGACZ FERREIRA VALIAS SCHMITT**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob n.º 78.370 e **KAMILA BERTAMONI MATTE BANDIERA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob o n.º 65.456, todos com escritório profissional na Avenida das Torres, n.º 500, Bairro FAG, nesta cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

OUTORGANTE: **RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.886.827/0001-06, com sede na Av. Calama, n.º 2666, Sala 24, bairro Liberdade, na Cidade de Porto Velho – RO, neste ato representada por seu sócio administrador, **Sr. Acassio Figueira dos Santos**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 457.642.802-06, residente e domiciliado na cidade de Ji-Paraná, Estado do Rondônia.

PODERES: Aos quais confere poderes contidos na cláusula “*ad judicia et extra*”, inclusive os necessários para concordar, firmar compromisso, reconvir, desistir, transigir, receber e dar quitação, confessar, contestar, notificar, interpor recursos, podendo ainda praticar todos os demais atos que julgar necessário ao bom e fiel desempenho do presente mandato, outorgando “*in solidum*”, **para defender os interesses da Outorgante em defesas e recursos relativos ao Pregão Eletrônico 90200/2025/SUPEL/RO.**

Porto Velho, 01 de setembro de 2025.

ACASSIO FIGUEIRA  
DOS

SANTOS:45764280206

Assinado de forma digital por

ACASSIO FIGUEIRA DOS

SANTOS:45764280206

Dados: 2025.09.01 11:58:12 -03'00'

**RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**  
**CNPJ: 10.886.827/0001-06**  
**Outorgante**

**OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**  
**RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**  
**CNPJ. 10.886.827/0001-06**  
**NIRE 11600037575**

**ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Ji-Paraná/RO, nascido em 17/02/1977, solteiro, empresário, portador da CNH N. 01382723881 DETRAN/RO expedida em 05/01/2018 com validade até 30/05/2021 portador da cédula de identidade RG 457.017-SSP/RO, expedida em 29/11/1991 e inscrito no CPF 457.642.802-06, residente e domiciliado à Rua Susano, 65 - Bairro Jardim Presidencial, CEP 76.901-009 na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia; sócio da Sociedade Empresária Limitada que gira sob o nome empresarial **RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, estabelecida à AVENIDA CALAMA, 2666, SALA 24, LIBERDADE, 76803-884 Porto Velho – Estado de Rondônia, registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob nº 11600037575 em 28/10/2015, e inscrita no CNPJ sob nº 10.886.827/0001-06, resolve alterar a Sociedade Empresária Limitada, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DE FILIAL:** A filial CNPJ:10.886.827/0002-89, NIRE 41902001179 que era estabelecida no endereço Avenida Presidente Tancredo Neves, 2222, Bairro: Alto Alegre, CEP: 85.805-036, na Cidade de Cascavel/PR, muda seu endereço para **Avenida Presidente Tancredo Neves, 2222, SALA 04, Bairro: Alto Alegre, CEP: 85.805-036, na Cidade de Cascavel/PR.**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato social de constituição e das alterações anteriores, não alteradas expressamente por este instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

A sociedade resolvem consolidar o contrato de constituição e suas alterações.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**RONDON – AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**  
**CNPJ: 10.886.827/0001-06**  
**NIRE: 11600037575**

**ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, natural de Ji-Paraná/RO, nascido em 17/02/1977, solteiro, empresário, portador da CNH N. 01382723881 DETRAN/RO expedida em 05/01/2018 com validade até 30/05/2021 portador da cédula de identidade RG 457.017-SSP/RO, expedida em 29/11/1991 e inscrito no CPF 457.642.802-06, residente e domiciliado à Rua Susano, 65 – Bairro Jardim Presidencial, CEP 76.901-009 na cidade de Ji-

**OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**  
**RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**  
**CNPJ. 10.886.827/0001-06**  
**NIRE 11600037575**

Paraná, Estado de Rondônia; sócio da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial **RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, estabelecida à Avenida Calama, 2666, Sala 24, Liberdade, 76803-884 Porto Velho – Estado de Rondônia, registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob nº 11600037575 em 28/10/2015, e inscrita no CNPJ sob nº 10.886.827/0001-06, resolve consolidar a Sociedade Empresária Limitada, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A empresa gira sob o nome empresarial de **RONDON – AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, e seu nome fantasia é: **RONDON – AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO** e sua sede fica situada à Av. Calama – Nº 2666, Sala 24 – Bairro Liberdade, CEP 76803-884 na cidade de Porto Velho – Estado de Rondônia.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), dividido em 600.000 (seiscentas mil) quotas com valor de R\$ 1,00 (um real) cada, detido em sua totalidade pelo titular **ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS**.

SÓCIO QUOTISTA	QUOTAS	%	VALOR EM R\$
ACÁSSIO FIGUEIRA DOS SANTOS	600.000	100	600.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>600,000</b>	<b>100</b>	<b>600.000,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A sociedade tem por objetivo as seguintes atividades:

79.11.2-00 – Agência de viagens

79.12-1-00 – Operadores Turísticos

79-90-2-00 – Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.

49.23-0-02 – Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista

49.29-9-02 – Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sociedade possui filiais nos seguintes endereços:



**OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA  
CNPJ. 10.886.827/0001-06  
NIRE 11600037575**

01 – Avenida Presidente Tancredo Neves, 2222, SALA 04, Bairro: Alto Alegre, CEP: 85.805-036, na Cidade de Cascavel/PR, CNPJ 10.886.827/0002-89, NIRE 41902001179.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A filial acima relacionada, exerce a mesma atividade econômica da Matriz.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A contabilidade das filiais é centralizada na Matriz.

**PARÁGRAFO QUARTO:** É destacado do capital da Matriz para cada filial a importância de 1.000,00 (um mil reais) para fins fiscais.

**CLÁUSULA QUARTA** – As atividades da sociedade tiveram início no dia 26 de maio de 2009 e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA** – A responsabilidade do titular é limitada à importância total do capital integralizado.

**CLÁUSULA SEXTA** – A administração da empresa será exercida por seu titular **ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS**, já qualificado, a qual é autorizada o uso do nome empresarial e sua representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial e todos os poderes que a Lei confere ao administrador da sociedade limitada, ficando todavia vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos a sociedade. Por outro lado estará dispensada da prestação de caução.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para a prática de atos rotineiros de administração, poderá a sociedade através do administrador, constituir mandatários, por instrumento público de procuração, especificando detalhadamente os poderes e o prazo de validade do mandato.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, será levantado um balanço da empresa. A empresa poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias mensais, que deverá se iniciar no 1º dia de cada período, encerrando-se no último e distribuir os lucros apurados.

**CLÁUSULA OITAVA** – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA  
CNPJ. 10.886.827/0001-06  
NIRE 11600037575**

**CLÁUSULA NONA** – O titular administrador **ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS** declara sob as penas da lei:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não estar impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Fica eleito o foro de Porto Velho/RO para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, assim por estarem justos e contratados, lavram datam e assinam o presente,

Porto Velho, 19 de Setembro de 2024.

---

ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
45764280206	ACASSIO FIGUEIRA DOS SANTOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/09/2024 10:09 SOB N° 20240528832.  
PROTOCOLO: 240528832 DE 25/09/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12413846442. CNPJ DA SEDE: 10886827000106.  
NIRE: 11600037575. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/09/2024.  
RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA



ROGER FRANCIS CARDOSO RIBEIRO  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ro.gov.br](http://www.empresafacil.ro.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CASCAVEL • ESTADO DO PARANÁ

4º TABELIONATO DE NOTAS

Marina Esteves Santos

*Tabeliã*

Rua São Paulo, 659 • Centro • Cascavel • Estado do Paraná • Fone: (45) 3037-7444

453-P

015/017

Matrícula Notarial Eletrônica nº 079848.2024.11.25.00002920-88

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:**  
RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E  
TURISMO LTDA A FAVOR DE EDERSON  
JOSÉ DA SILVA LOPES E OUTRA, NA FORMA  
ABAIXO DECLARADA:

**S A I B A M** quantos este Público Instrumento de  
Procuração bastante virem que, vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de  
dois mil e vinte e quatro, (25/11/2024), neste Serviço Notarial, e em **Vídeo  
Conferência Digital, nos termos do Provimento nº 100/2020, da Corregedoria  
Nacional de Justiça** comparece, como Outorgante: **RONDON - AGÊNCIA DE  
VIAGENS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº  
10.886.827/0001-06, com sede à Avenida Calama nº 2.666, Sala nº 24, Bairro  
Liberdade em Porto Velho-RO neste ato representado por seu Sócio  
Administrador: por **vídeo conferência via e-notariado: ACÁSSIO FIGUEIRA  
DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro como declarou, maior e capaz, empresário,  
portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 472.017-SSP-RO e inscrito no  
CPF/MF sob nº 457.642.802-06, residente e domiciliado à Rua Suzabo nº 65,  
Jardim Presidencial, Ji-Paraná-RO, e-mail: [acassiofigueira@gmail.com](mailto:acassiofigueira@gmail.com), ora de  
passagem por esta Cidade e Comarca de Cascavel-PR; de conformidade com a 8ª  
Oitava Alteração Contratual, devidamente registrada na Junta Comercial do  
Estado de Rondônia - JUCER, sob nº 20240528832, NIRE nº 11600037575, aos  
27/09/2024 e sua Certidão Simplificada expedida pela referida Junta aos  
11/11/2024, cujas cópias encontram-se arquivadas às fls. 194/197 do Livro  
306/ACS, destas Notas. A presente reconhecido como o próprio por mim,  
MARINA ESTEVES SANTOS, conforme os documentos que me foram  
apresentados, do que dou fé. E aí, pelo Outorgante, me foi dito que nomeia e  
constitui seu bastante Procurador: **EDERSON JOSÉ DA SILVA LOPES**,

Página 1/4 Selo SFTN2NJedNCD4GWxzWJvF223q Consulte em  
<https://selo.funarpen.com.br/Consulta>





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CASCAVEL • ESTADO DO PARANÁ

4º TABELIONATO DE NOTAS

Marina Esteves Santos

Tabeliã

Rua São Paulo, 659 • Centro • Cascavel • Estado do Paraná • Fone: (45) 3037-7444

453-P

015/017

Matrícula Notarial Eletrônica nº 079848.2024.11.25.00002920-88

brasileiro, casado como declarado, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 1379192-3-SSP-MT e inscrito no CPF/MF sob nº 940.398.951-34, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont nº 1752, Bairro Pedrinhas em Porto Velho-RO e **LUCIANA TEIXEIRA**, brasileira, casada como declarado, maior e capaz, nascida em 03/08/1983, natural de JI-Paraná-RO, coordenadora de escritório negócios, portadora da Cédula de Identidade RG. sob nº 000765906-SSP-RO e inscrita no CPF/MF sob nº 741.210.652-04, residente e domiciliada à Rua Guiana nº 3021, Apto. nº 304, Bairro Embratel em Porto Velho-RO, ao qual confere poderes para **ISOLADAMENTE** participar de **Licitações, Pregões**, renovar e assinar contratos referentes a mesmos, bem como representar a outorgante, perante quaisquer **Repartições Públicas Municipais, Estaduais, Federais, Autárquias, empresas industriais comerciais, Cartório de Protestos, Ministério das Comunicações, ANATEL Ministério dos Transportes, ANTT, DNIT, DNER, DETRAN/RO, CONTRAN DENATRAN, SUFRAMA, e onde mais preciso for**, para tratar de todo e qualquer assunto de interesse da outorgante, assinar contratos, termos propostas declarações, estipulando cláusulas e condições, assinar, receber e encaminhar todo e qualquer tipo de documento; praticar enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao mais amplo, cabal e fiel desempenho do presente mandato. **Não podendo Substabelecer. O presente mandato tem validade até 31/12/2025 (trinta e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco).** A outorgante, na forma representada, declara que conferiu e que se responsabiliza pela veracidade dos dados fornecidos dos procuradores e do objeto utilizados para a lavratura do presente instrumento. Pel Outorgant, me foi dito, finalmente, que aceit esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. **"As partes ficam cientes, em conformidade com o Artigo nº 682 do Código Civil, que o presente mandato cessa nas seguintes condições: I) pela revogação ou pela renúncia; II) pela morte ou interdição de uma das partes; III) pela mudança de estado que inabilite o**

Página 2/4 Selo SFTN2NJedNCD4GWxzWJvF223q Consulte em  
<https://selo.funarpen.com.br/Consulta>



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CASCAVEL • ESTADO DO PARANÁ

4º TABELIONATO DE NOTAS

Marina Esteves Santos

Tabeliã

Rua São Paulo, 659 • Centro • Cascavel • Estado do Paraná • Fone: (45) 3037-7444

453-P

015/017

Matrícula Notarial Eletrônica nº 079848.2024.11.25.00002920-88

mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; **IV)** pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio". Dispensado as testemunhas instrumentárias conforme Artigo 676 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorg, aceit e assin. Consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens relativo ao CPF 10.886.827/0001-06, HASH Nº 5361.5ab0.7d71.7aa5.fa1e.3584.e649.6030.fe8e.5071, Data: 25/11/2024, Tipo: Negativa. Ato devidamente protocolado nesta data no livro protocolo geral sob nº 11174/2024. Eu, (a.), MARINA ESTEVES SANTOS, Tabeliã, que a escrevi. Eu, (a.), MARINA ESTEVES SANTOS, Tabeliã que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. Emolumentos: R\$106,53(VRC 384,62), Funrejus: R\$27,32, pago através da guia nº 140000000110865320 em 25/11/2024, Selo: R\$16,25, Outorgante/Outorgado Adicional: R\$2,77(VRC 10,00), FUNDEP: R\$5,46, ISSQN: R\$2,73. Total: R\$161,07. Selo Digital Nº SFTN3dqxbH3LrEkKQ3OkF223q. Cascavel-PR, 25 de novembro de 2024. (aa.) RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, ACÁSSIO FIGUEIRA DOS SANTOS, Representante da Outorgante. MARINA ESTEVES SANTOS, Tabeliã. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, MARINA ESTEVES SANTOS, Tabeliã, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº da Verdade



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CASCAVEL • ESTADO DO PARANÁ

4º TABELIONATO DE NOTAS

Marina Esteves Santos

Tabeliã

Rua São Paulo, 659 • Centro • Cascavel • Estado do Paraná • Fone: (45) 3037-7444

453-P

015/017

Matrícula Notarial Eletrônica nº 079848.2024.11.25.00002920-88

Cascavel-PR, 26 de novembro de 2024



Assinado digitalmente por:  
MARINA ESTEVES SANTOS  
CPF: 643.952.609-00  
Certificado emitido por AC  
SAFEWEB RFB v5  
Data: 26/11/2024 10:00:38 -  
03:00



**MARINA ESTEVES SANTOS**

**Tabeliã**





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 8JQ8P-23VQP-75DJU-7WTQF

Matrícula Notarial Eletrônica: 079848.2024.11.25.00002920-88

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ MARINA ESTEVES SANTOS (CPF 643.952.609-00) em 26/11/2024 10:00

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/8JQ8P-23VQP-75DJU-7WTQF>





BR

BRASIL

2 e 1 NOME E SOBRENOME

EDERSON JOSE DA SILVA LOPES

1ª HABILITAÇÃO

20/02/2008

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

14/10/1982, ARAL MOREIRA, MS

4a DATA EMISSÃO

26/12/2022

4b VALIDADE

25/12/2032

ACC



D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF

13791923 SSP MT

4d CPF

940.398.951-34

5º N° REGISTRO

04297948237

9 CAT HAB

AB

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

JOAO FLEURI DE OLIVEIRA LOPES

ALIPA DA SILVA LOPES







7 ASSINATURA DO PORTADOR



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2493418831

2493418831

	10	11	12
A			
A1		25/12/2032	
B		25/12/2032	
B1			
C			
C1			

ASSINADO DIGITALMENTE

---

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

11466155736

RO714595691

# RONDÔNIA

**QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primeira Licença de Condução - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha e Lugar de Nascimento - 4. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emissão - 4b. Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Válido Hasta - 4c. 4d. Documento / Identity - Orgão emissor / Issuing Authority - Documento de Identificação - Autoridade expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permis de Condução - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

```
I<BRA042979482<373<<<<<<<<<<  
8210140M3212253BRA<<<<<<<<<<6  
EDERSON<<JOSE<DA<SILVA<LOPES<<
```



GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**TERMO DE JULGAMENTO**  
UASG 925373 - SUPERINTEND. ESTAD. DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO  
**PREGÃO 90200/2025**

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	RO
Objeto da compra:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, por meio de Registro de Preços.		
Entrega de propostas:	De 13/08/2025 às 08:00 até 28/08/2025 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 28/08/2025 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/08/2025 às 10:00:04	A sessão pública está aberta. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/08/2025 às 10:38:51	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/08/2025 às 10:41:37	Senhores licitantes, bom dia!
Sistema	28/08/2025 às 10:42:56	Finalizada a etapa de lances, observou-se que houve diversos empates e que todos os licitantes declararam ter Programa de Integridade.
Sistema	28/08/2025 às 10:45:47	Assim, aplicou-se o Art. 60 e efetivou-se o desempate, sendo a primeira colocada a empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA.
Sistema	28/08/2025 às 10:51:15	Portanto, conforme Decreto n.º 12.304/2024, o contratado que declarar possuir programa de integridade e fizer usufruto como critério de desempate deverá, segundo Art. 4º e 5º do referido Decreto, comprovar a implantação do programa de integridade.
Sistema	28/08/2025 às 11:41:55	Senhores licitantes, considerando que empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA restou classificada em primeiro lugar, é necessário oportunizar o registro de mais de um fornecedor necessário, o(s) qual(is) poderá(ão) substituir o melhor colocado em caso da sua inexecução contratual.
Sistema	28/08/2025 às 11:43:25	Isso tudo em respeito ao inv. VII e § 5º, inc. VI, ambos do Art. 82 da Lei n.º 14.133/2021.
Sistema	28/08/2025 às 11:45:05	Para realizar tal feito, será disponibilizado o prazo de 10 minutos para que todos possam se manifestar, bastando responder o seguinte: "desejo praticar o preço do primeiro colocado" ou ainda "desejo manter a minha proposta original".
Sistema	28/08/2025 às 11:47:34	O registro de preços de mais de um fornecedor visa, quando da não execução contratual, substituir, conforme classificação, aquele licitante que não fez a execução contratual, foi sancionado como inidôneo no contrato, solicitou liberação da ata ou qualquer outro evento que esteja coberto no escopo da inexecução contratual.
Sistema	28/08/2025 às 11:52:25	Nesse contexto, o Art. 131 do Decreto n.º 28.874/2024/Rondônia determina que a habilitação dos fornecedores reservar será conferida quando houver necessidade de contratação do fornecedor remanescente, respeitando ainda o orçamento estimado para a contratação.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/08/2025 às 11:52:55	Em breve será fornecido o prazo de 10 minutos a todos os remanescentes.
Sistema	28/08/2025 às 11:53:52	Favor aguardar, visando a organização, a determinação da contagem do prazo.
Sistema	28/08/2025 às 11:54:29	A determinação do prazo será feito neste chat geral.
Sistema	28/08/2025 às 11:57:21	O prazo de 10 (dez) minutos será contado a partir de agora.
Sistema	28/08/2025 às 12:07:46	Encontra-se encerrado o prazo para fins de manifestação acerca do cadastro reserva.
Sistema	28/08/2025 às 12:15:38	O Pregão Eletrônico N 90200/2025 obteve a manifestação de quatro empresas como cadastro de reserva.
Sistema	28/08/2025 às 12:53:48	Quanto aos valores com menos de duas casas decimais, questionados, informa-se que, é de conhecimento de todos que há possibilidade de taxa negativa conforme Acórdão 637/2018, Segunda Câmara, Tribunal de Contas.
Sistema	28/08/2025 às 12:54:58	Logo, lances do tipo R\$ 0,0001 serão considerados como R\$ 0,00.
Sistema	28/08/2025 às 12:58:21	Todavia, tal informação não repele a possibilidade de exercício do direito recursos que vos compete.
Sistema	28/08/2025 às 13:00:26	Onde se lê: direito recursos, leia-se: direito recursal
Sistema	28/08/2025 às 13:09:04	Compete ainda, a este Agente de Contratação, esclarecer que, por prática da Administração Pública, este objeto persiste na modalidade Pregão Eletrônico, todavia há legalidade para exercer o Credenciamento sob as hipóteses do Art. 79 contidas na Lei n.º 14.133/2021.
Sistema	28/08/2025 às 13:12:32	E diante disso, irrisignações como o lance R\$ 0,0001, o qual pode ser interpretado como R\$ 0,00, não existiriam, logo como forma de conscientização aos Senhores, sugere-se indagar a aplicação legal do Credenciamento às Secretarias que solicitam tanto o agenciamento de passagem terrestre quanto aérea.
Sistema	28/08/2025 às 13:43:22	Solicita-se alguns minutos enquanto a documentação encaminhada pela empresa é EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA está sendo conferida.
Sistema	29/08/2025 às 09:59:56	Senhores licitantes, bom dia!
Sistema	29/08/2025 às 10:01:01	Será concedido o prosseguimento ao Pregão Eletrônico N 90200/2025.
Sistema	29/08/2025 às 11:14:44	Senhores licitantes, após verificar os documentos de habilitação da empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA decide-se por HABILITÁ-LA.
Sistema	29/08/2025 às 11:15:05	Assim como, aceitar a sua proposta.
Sistema	29/08/2025 às 11:19:27	Considerando o registro de mais de um fornecedor, será concedido o prazo para que empresas JLC VIAGENS LTDA, CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA e RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA encaminhem sua proposta de preços para que constem nos autos como aplicação do Art. 82 da Lei 14.133/21.
Sistema	29/08/2025 às 11:19:39	O prazo para o envio da proposta será de 2 (duas) horas.
Sistema	29/08/2025 às 16:22:40	Pois bem, Senhores licitantes.
Sistema	29/08/2025 às 16:23:16	Realizados os prosseguimentos finais, dá-se por encerrado o Pregão Eletrônico N 90200/2025.
Sistema	29/08/2025 às 16:23:44	A SUPEL-COEDU agradece a participação dos Senhores e deseja-vos uma boa tarde e excelente final de semana.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/08/2025 às 10:00:04	Abertura da sessão pública
28/08/2025 às 10:38:50	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

Quantidade:	29768	Valor estimado:	R\$ 0,0100 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R\$ 297,6800 (total)
		Situação:	Aberto para recursos
Critério de julgamento:	Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.548.\*\*\*-4 - ROGER MARTINS CARDOSO para EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, melhor lance: R\$ 0,0001 (unitário) / R\$ 2,9768 (total). Fundamento utilizado para o desempate no aceite da proposta: Instrução normativa de critério de julgamento e/ou edital (sorteio)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006  
Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
53.431.363/0001-48 - AFEFE TURISMO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768
11.050.221/0001-90 - CASANOVA TURISMO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768
22.027.147/0001-08 - CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768
14.211.195/0001-23 - E J BALMANT AGENCIA DE VIAGENS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768



Fornecedor	Valor ofertado		Situação
51.438.599/0001-80 - EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)		Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	
28.016.017/0001-56 - FANTASTIC TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)		-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	
45.339.142/0001-16 - INOVVE TURISMO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)		-
Valor proposta: R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	
56.890.785/0001-70 - JLC VIAGENS LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)		-
Valor proposta: R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	
11.335.789/0001-58 - MARCIO ANTONIO LAMANA NUNES LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RS	R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)		-
Valor proposta: R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	
10.886.827/0001-06 - RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RO	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)		-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	
09.645.389/0001-05 - S2 VIAGENS E TURISMO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)		-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768	

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
05.920.187/0001-65 - THAIAMAN TURISMO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)	-
Valor proposta: R\$ 0,0001 (unitário) R\$ 2,9768 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768
54.282.476/0001-91 - VIAJAR PARA EXPLORAR AGENCIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	-
Valor proposta: R\$ 0,0100 (unitário) R\$ 297,6800 (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 29768

Lances do Item 1

Nenhum lance foi registrado para o Item 1.

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/08/2025 às 10:00:04	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/08/2025 às 10:10:04	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/08/2025 às 10:10:04	Algumas propostas do item 1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/08/2025 às 10:20:05	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	28/08/2025 às 10:33:27	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 1. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R\$ 0,0001 poderão enviar um lance único e fechado até às 10:38:27 do dia 28/08/2025.
Sistema	28/08/2025 às 10:38:28	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 1 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	28/08/2025 às 10:38:28	O item 1 está encerrado.
Sistema	28/08/2025 às 10:38:28	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 1. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	28/08/2025 às 10:38:28	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 1. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	28/08/2025 às 10:38:28	O item 1 teve empate real para o valor: R\$ 0,0001. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 10:52:20	Senhor licitante, bom dia!
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:00:23	Encontra-se conectado para fins de negociação?
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:05:28	Concede-se o prazo de 10 (dez) minutos para fins de manifestação.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:10:19	Bom dia, Senhor Pregoeiro!

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:10:40	Estamos conectados.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:12:35	Olá, é possível fornecer melhor condições relativas ao valor unitário médio estimado para as passagens (R\$ 106,32) conforme o item 3.2 do Anexo I do Edital?
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:13:17	Onde se lê: melhor condições, leia-se: melhores condições.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:20:10	Prezado Pregoeiro, ofertamos o valor de agenciamento de R\$ 0,0001, sendo este o menor valor possível a ser informado no Comprasnet. Podemos zerar nossa taxa de agenciamento, sendo a ofertar de R\$ 0,0000.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:21:49	O valor das passagens será o valor de mercado no momento da emissão. Nosso entendimento está correto?
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:22:36	Compreendido, não é possível então exercer qualquer desconto na emissão então?
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:24:55	O objeto do Pregão é a prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia. Dessa forma, o agenciamento ofertamos o valor de R\$ 0,0000, sem desconto na emissão, que não é objeto de disputa deste pregão.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:27:39	Perfeito, Senhor licitante.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:28:08	Considerando o exposto, será oportunizado negociação no sistema e convocação da sua proposta.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:28:21	Sr. Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Conforme disposto no chat.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:29:33	O sistema não deixa negociar o valor de R\$ 0,0000, informarei R\$ 0,0001 e na proposta em PDF envio o valor de R\$ 0,0000, pode ser dessa forma?
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:30:07	Pode ser!
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:30:30	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, mantendo R\$ 0,0001.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:31:21	Senhor licitante, é possível encaminhar em 3 (três) horas a proposta de preços e sua habilitação?
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:32:36	Sim, Senhor Pregoeiro! Consigo enviar neste prazo.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:39:40	Ciente da sua possibilidade, será fornecido o prazo de 3 (três) para fins de convocação da proposta de preços e documentos de habilitação, favor observar o Anexo I do Edital acerca dos documentos de habilitação.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 11:40:08	Sr. Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 14:41:00 do dia 28/08/2025. Justificativa: Convocação de proposta e documentos de habilitação.
Sistema para o participante 45.339.142/0001-16	28/08/2025 às 11:55:50	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 05.920.187/0001-65	28/08/2025 às 11:56:08	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 11.335.789/0001-58	28/08/2025 às 11:56:13	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	28/08/2025 às 11:56:18	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 53.431.363/0001-48	28/08/2025 às 11:56:21	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 14.211.195/0001-23	28/08/2025 às 11:56:25	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 54.282.476/0001-91	28/08/2025 às 11:56:30	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:56:35	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 22.027.147/0001-08	28/08/2025 às 11:56:39	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 28.016.017/0001-56	28/08/2025 às 11:56:43	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 11.050.221/0001-90	28/08/2025 às 11:56:47	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Sistema para o participante 09.645.389/0001-05	28/08/2025 às 11:56:51	Prezado licitante, bom dia! Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.
Pelo participante 56.890.785/0001-70	28/08/2025 às 11:58:18	bom dia. confirmamos nosso interesse em participar do cadastro reserva com o nosso valor ofertado.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:09	desejo manter miha proposta original, porque o preço praticado pelo vencedor não está de acordo com o tim 9.5.1 do Edital.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 11:59:40	9.5.1. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR LOTE ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 12:00:56	O licitante declarado vencedor e mais outros apresentaram proposta com mais de duas casas decimais, contrariando o edital. Neste mesmo objeto no ano anterior houve a desclassificação das empresas que apresentaram estes valores.
Pelo participante 10.886.827/0001-06	28/08/2025 às 12:01:23	Em momento oportuno iremos recorrer.



Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 22.027.147/0001-08	28/08/2025 às 12:02:20	Bom dia, temos interesse em constar na lista do cadastro reserva de fornecedores com o valor do primeiro colocado.Agradeço a oportunidade.Ficamos a disposição.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 13:28:50	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:28:50 de 28/08/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 13:36:21	Senhor licitante, é possível demonstrar a exequibilidade de sua proposta, uma vez que sua taxa de agenciamento foi R\$ 0,00?
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 13:37:35	Prezado Pregoeiro, documentação enviada, qualquer dúvida estamos à disposição.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 13:39:00	Quanto à exequibilidade da proposta, enviamos vários contratos demonstrando a taxa de agenciamento em R\$ 0,00, caso necessário outros documentos, gentileza informar que enviaremos.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 13:42:39	Compreendido Senhor licitante, a documentação será levada em consideração.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:01:12	Senhor licitante, como forma de diligência e por constar no sicaf seu balanço de 2023, é possível realizarmos diligência do referido documento?
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:01:35	Tendo em vista que o Senhor não realizou o encaminhamento dele.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:07:26	Prezado Pregoeiro, sim! Enviamos o documento mais atualizado, com balanço de 2024.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	28/08/2025 às 14:10:16	Compreendido! Será oportunizado que envie o balanço de 2023, em razão de diligência, conforme disposto no inc. I do Art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:01:30	Bom dia, Senhor licitante!
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:03:27	Observou-se que o Senhor encaminhou durante a diligência documento igual ao contido no SICAF, todavia é necessário encaminhar ainda a DRE, termo de abertura e fechamento do ano de 2023.
Sistema para o participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:04:05	Dito isso, será concedida 2 (duas) horas para que encaminhe o referido documento em sede de diligência.
Pelo participante 51.438.599/0001-80	29/08/2025 às 10:57:21	Prezado Pregoeiro, bom dia! Enviamos todos os documentos contábeis do ano de 2023, caso necessário outro documento, gentileza informar. estamos à disposição.
Sistema	29/08/2025 às 11:16:53	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 30 minutos a partir de agora - até 29/08/2025 11:46:53.
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 11:20:34	Sr. Fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:21:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta a fim de atender o art. 82 da Lei n.º 14.133/21.
Sistema para o participante 22.027.147/0001-08	29/08/2025 às 11:20:53	Sr. Fornecedor CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA, CNPJ 22.027.147/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:22:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta a fim de atender o art. 82 da Lei n.º 14.133/21.
Sistema para o participante 10.886.827/0001-06	29/08/2025 às 11:21:18	Sr. Fornecedor RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:23:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta a fim de atender o art. 82 da Lei n.º 14.133/21.
Sistema	29/08/2025 às 12:22:06	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 30 minutos a partir de agora - até 29/08/2025 12:52:06.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 13:21:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:21:00 de 29/08/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70.
Sistema para o participante 22.027.147/0001-08	29/08/2025 às 13:22:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:22:00 de 29/08/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA, CNPJ 22.027.147/0001-08.
Sistema para o participante 10.886.827/0001-06	29/08/2025 às 13:23:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:23:00 de 29/08/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06.
Pelo participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 13:51:50	prezados, boa tarde, tivemos uma falha de conexão em nossa região. poderiam reabrir nosso prazo?
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 14:16:50	Sim, é possível!
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 14:17:07	Iremos conceder ao outro fornecedor também como forma de isonomia.
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 14:17:30	Favor encaminhar da forma mais célere possível.
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 14:18:03	Sr. Fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:19:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta conforme Art. 82 da 14.133/21.
Sistema para o participante 22.027.147/0001-08	29/08/2025 às 14:18:15	Sr. Fornecedor CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA, CNPJ 22.027.147/0001-08, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:20:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta conforme Art. 82 da 14.133/21.
Pelo participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 14:45:06	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:45:06 de 29/08/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70.
Pelo participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 14:45:43	agradecemos a compreensão. documentos enviados.
Sistema para o participante 56.890.785/0001-70	29/08/2025 às 15:03:53	Por nada, Senhor licitante.
Pelo participante 22.027.147/0001-08	29/08/2025 às 15:53:27	Boa tarde, Temos interesse em participar do cadastro reserva, com o mesmo valor do primeiro colocado.
Sistema para o participante 22.027.147/0001-08	29/08/2025 às 16:20:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:20:00 de 29/08/2025. 18 anexos foram enviados pelo fornecedor CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA, CNPJ 22.027.147/0001-08.
Sistema	29/08/2025 às 16:23:54	A fase de recurso do item 1 está aberta até 03/09/2025.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
28/08/2025 às 10:10:04	Item aberto para lances.
28/08/2025 às 10:20:05	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
28/08/2025 às 10:33:27	Item com etapa aberta encerrada.
28/08/2025 às 10:33:27	Convocados os fornecedores me/epp declarantes para a disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 que apresentaram lance no valor de R\$ 0,0001.

Data/Hora	Descrição
28/08/2025 às 10:38:28	Item com etapa de disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 encerrada.
28/08/2025 às 10:38:28	Item encerrado para lances.
28/08/2025 às 11:28:21	Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80 convocado para negociação de valor.
28/08/2025 às 11:30:30	Negociação encerrada. Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80 manteve R\$ 0,0001.
28/08/2025 às 11:40:08	Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:41:00 do dia 28/08/2025. Justificativa: Convocação de proposta e documentos de habilitação.
28/08/2025 às 13:28:50	Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80 finalizou o envio de anexo.
29/08/2025 às 11:16:53	Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 0,0001. Motivo: Proposta aceita por se tratar agenciamento de passagem terrestre, a qual pode ser positiva, zero ou negativa..
29/08/2025 às 11:19:19	Fornecedor INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ 45.339.142/0001-16 registra a intenção de recurso na fase julgamento.
29/08/2025 às 11:20:34	Fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:21:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta a fim de atender o art. 82 da Lei n.º 14.133/21.
29/08/2025 às 11:20:53	Fornecedor CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA, CNPJ 22.027.147/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:22:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta a fim de atender o art. 82 da Lei n.º 14.133/21.
29/08/2025 às 11:21:18	Fornecedor RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:23:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta a fim de atender o art. 82 da Lei n.º 14.133/21.
29/08/2025 às 11:27:24	Fornecedor RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06 registra a intenção de recurso na fase julgamento.
29/08/2025 às 12:22:06	Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80 foi habilitado.
29/08/2025 às 12:26:00	Fornecedor RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
29/08/2025 às 12:27:24	Fornecedor INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ 45.339.142/0001-16 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
29/08/2025 às 14:18:03	Fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:19:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta conforme Art. 82 da 14.133/21.
29/08/2025 às 14:18:15	Fornecedor CENTRO TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA, CNPJ 22.027.147/0001-08 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:20:00 do dia 29/08/2025. Justificativa: Para enviar proposta conforme Art. 82 da 14.133/21.
29/08/2025 às 14:45:06	Fornecedor JLC VIAGENS LTDA, CNPJ 56.890.785/0001-70 finalizou o envio de anexo.
29/08/2025 às 16:23:54	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 1. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.

Enviada em 28/08/2025 às 10:38:28h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 1. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.

Enviada em 28/08/2025 às 10:38:28h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O item 1 teve empate real para o valor: R\$ 0,0001. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.

Enviada em 28/08/2025 às 10:38:28h

Mensagem do Pregoeiro

A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Enviada em 28/08/2025 às 10:38:51h

Mensagem do Pregoeiro

Assim, aplicou-se o Art. 60 e efetivou-se o desempate, sendo a primeira colocada a empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA.

Enviada em 28/08/2025 às 10:45:47h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Encontra-se conectado para fins de negociação?

Enviada em 28/08/2025 às 11:00:23h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Concede-se o prazo de 10 (dez) minutos para fins de manifestação.

Enviada em 28/08/2025 às 11:05:28h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Bom dia, Senhor Pregoeiro!

Enviada em 28/08/2025 às 11:10:19h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Estamos conectados.

Enviada em 28/08/2025 às 11:10:40h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Olá, é possível fornecer melhor condições relativas ao valor unitário médio estimado para as passagens (R\$ 106,32) conforme o item 3.2 do Anexo I do Edital?

Enviada em 28/08/2025 às 11:12:35h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Onde se lê: melhor condições, leia-se: melhores condições.

Enviada em 28/08/2025 às 11:13:17h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Prezado Pregoeiro, ofertamos o valor de agenciamento de R\$ 0,0001, sendo este o menor valor possível a ser informado no Comprasnet. Podemos zerar nossa taxa de agenciamento, sendo a ofertar de R\$ 0,0000.

Enviada em 28/08/2025 às 11:20:10h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - O valor das passagens será o valor de mercado no momento da emissão. Nosso entendimento está correto?

Enviada em 28/08/2025 às 11:21:49h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Compreendido, não é possível então exercer qualquer desconto na emissão então?

Enviada em 28/08/2025 às 11:22:36h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - O objeto do Pregão é a prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia. Dessa forma, o agenciamento ofertamos o valor de R\$ 0,0000, sem desconto na emissão, que não é objeto de disputa deste pregão.

Enviada em 28/08/2025 às 11:24:55h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Perfeito, Senhor licitante.

Enviada em 28/08/2025 às 11:27:39h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Considerando o exposto, será oportunizado negociação no sistema e convocação da sua proposta.

Enviada em 28/08/2025 às 11:28:08h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Conforme disposto no chat.

Enviada em 28/08/2025 às 11:28:21h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - O sistema não deixa negociar o valor de R\$ 0,0000, informarei R\$ 0,0001 e na proposta em PDF envio o valor de R\$ 0,0000, pode ser dessa forma?

Enviada em 28/08/2025 às 11:29:33h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Pode ser!

Enviada em 28/08/2025 às 11:30:07h



Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, mantendo R\$ 0,0001.

Enviada em 28/08/2025 às 11:30:30h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Senhor licitante, é possível encaminhar em 3 (três) horas a proposta de preços e sua habilitação?

Enviada em 28/08/2025 às 11:31:21h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Sim, Senhor Pregoeiro! Consigo enviar neste prazo.

Enviada em 28/08/2025 às 11:32:36h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Ciente da sua possibilidade, será fornecido o prazo de 3 (três) para fins de convocação da proposta de preços e documentos de habilitação, favor observar o Anexo I do Edital acerca dos documentos de habilitação.

Enviada em 28/08/2025 às 11:39:40h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 14:41:00 do dia 28/08/2025. Justificativa: Convocação de proposta e documentos de habilitação.

Enviada em 28/08/2025 às 11:40:08h

Mensagem do Pregoeiro

Senhores licitantes, considerando que empresa EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA restou classificada em primeiro lugar, é necessário oportunizar o registro de mais de um fornecedor necessário, o(s) qual(is) poderá(ão) substituir o melhor colocado em caso da sua inexecução contratual.

Enviada em 28/08/2025 às 11:41:55h

#### Mensagem do Pregoeiro

Isso tudo em respeito ao inv. VII e § 5º, inc. VI, ambos do Art. 82 da Lei n.º 14.133/2021.

Enviada em 28/08/2025 às 11:43:25h

#### Mensagem do Pregoeiro

Para realizar tal feito, será disponibilizado o prazo de 10 minutos para que todos possam se manifestar, bastando responder o seguinte: "desejo praticar o preço do primeiro colocado" ou ainda "desejo manter a minha proposta original".

Enviada em 28/08/2025 às 11:45:05h

#### Mensagem do Pregoeiro

O registro de preços de mais de um fornecedor visa, quando da não execução contratual, substituir, conforme classificação, aquele licitante que não fez a execução contratual, foi sancionado como inidôneo no contrato, solicitou liberação da ata ou qualquer outro evento que esteja coberto no escopo da inexecução contratual.

Enviada em 28/08/2025 às 11:47:34h

#### Mensagem do Pregoeiro

Nesse contexto, o Art. 131 do Decreto n.º 28.874/2024/Rondônia determina que a habilitação dos fornecedores reservar será conferida quando houver necessidade de contratação do fornecedor remanescente, respeitando ainda o orçamento estimado para a contratação.

Enviada em 28/08/2025 às 11:52:25h

#### Mensagem do Pregoeiro

Em breve será fornecido o prazo de 10 minutos a todos os remanescentes.

Enviada em 28/08/2025 às 11:52:55h

#### Mensagem do Pregoeiro

Favor aguardar, visando a organização, a determinação da contagem do prazo.

Enviada em 28/08/2025 às 11:53:52h

Mensagem do Pregoeiro

A determinação do prazo será feito neste chat geral.

Enviada em 28/08/2025 às 11:54:29h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 45.339.142/0001-16 - Prezado licitante, bom dia!  
Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.

Enviada em 28/08/2025 às 11:55:50h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 05.920.187/0001-65 - Prezado licitante, bom dia!  
Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.

Enviada em 28/08/2025 às 11:56:08h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.886.827/0001-06 - Prezado licitante, bom dia!  
Esta mensagem visa o cadastro reserva de fornecedores, o Senhor deseja constar nesta lista com o preço do primeiro colocado ou com o seu preço ofertado? Favor manifestar apenas uma das opções.

Enviada em 28/08/2025 às 11:56:35h

Mensagem do Pregoeiro

O prazo de 10 (dez) minutos será contado a partir de agora.

Enviada em 28/08/2025 às 11:57:21h

Mensagem do Participante

Item 1

De 10.886.827/0001-06 - desejo manter miha proposta original, porque o preço praticado pelo vencedor não está de acordo com o tim 9.5.1 do Edital.

Enviada em 28/08/2025 às 11:59:09h

Mensagem do Participante

Item 1

De 10.886.827/0001-06 - 9.5.1. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR LOTE ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Enviada em 28/08/2025 às 11:59:40h

Mensagem do Participante

Item 1

De 10.886.827/0001-06 - O licitante declarado vencedor e mais outros apresentaram proposta com mais de duas casas decimais, contrariando o edital. Neste mesmo objeto no ano anterior houve a desclassificação das empresas que apresentaram estes valores.

Enviada em 28/08/2025 às 12:00:56h

Mensagem do Participante

Item 1

De 10.886.827/0001-06 - Em momento oportuno iremos recorrer.

Enviada em 28/08/2025 às 12:01:23h

Mensagem do Pregoeiro

Encontra-se encerrado o prazo para fins de manifestação acerca do cadastro reserva.

Enviada em 28/08/2025 às 12:07:46h

Mensagem do Pregoeiro

O Pregão Eletrônico N° 90200/2025 obteve a manifestação de quatro empresas como cadastro de reserva.

Enviada em 28/08/2025 às 12:15:38h

Mensagem do Pregoeiro

Quanto aos valores com menos de duas casas decimais, questionados, informa-se que, é de conhecimento de todos que há possibilidade de taxa negativa conforme Acórdão 637/2018, Segunda Câmara, Tribunal de Contas.

Enviada em 28/08/2025 às 12:53:48h

#### Mensagem do Pregoeiro

Logo, lances do tipo R\$ 0,0001 serão considerados como R\$ 0,00.

Enviada em 28/08/2025 às 12:54:58h

#### Mensagem do Pregoeiro

Todavia, tal informação não repele a possibilidade de exercício do direito recursos que vos compete.

Enviada em 28/08/2025 às 12:58:21h

#### Mensagem do Pregoeiro

Onde se lê: direito recursos, leia-se: direito recursal

Enviada em 28/08/2025 às 13:00:26h

#### Mensagem do Pregoeiro

Compete ainda, a este Agente de Contratação, esclarecer que, por prática da Administração Pública, este objeto persiste na modalidade Pregão Eletrônico, todavia há legalidade para exercer o Credenciamento sob as hipóteses do Art. 79 contidas na Lei n.º 14.133/2021.

Enviada em 28/08/2025 às 13:09:04h

#### Mensagem do Pregoeiro

E diante disso, irresignações como o lance R\$ 0,0001, o qual pode ser interpretado como R\$ 0,00, não existiriam, logo como forma de conscientização aos Senhores, sugere-se indagar a aplicação legal do Credenciamento às Secretarias que solicitam tanto o agenciamento de passagem terrestre quanto aérea.

Enviada em 28/08/2025 às 13:12:32h

#### Mensagem do Participante

#### Item 1

De 51.438.599/0001-80 - O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:28:50 de 28/08/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ 51.438.599/0001-80.

Enviada em 28/08/2025 às 13:28:50h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Senhor licitante, é possível demonstrar a exequibilidade de sua proposta, uma vez que sua taxa de agenciamento foi R\$ 0,00?

Enviada em 28/08/2025 às 13:36:21h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Prezado Pregoeiro, documentação enviada, qualquer dúvida estamos à disposição.

Enviada em 28/08/2025 às 13:37:35h

Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Quanto à exequibilidade da proposta, enviamos vários contratos demonstrando a taxa de agenciamento em R\$ 0,00, caso necessário outros documentos, gentileza informar que enviaremos.

Enviada em 28/08/2025 às 13:39:00h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Compreendido Senhor licitante, a documentação será levada em consideração.

Enviada em 28/08/2025 às 13:42:39h

Mensagem do Pregoeiro

Solicita-se alguns minutos enquanto a documentação encaminhada pela empresa é EDX SOLUCOES E SERVICOS LTDA está sendo conferida.

Enviada em 28/08/2025 às 13:43:22h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Senhor licitante, como forma de diligência e por constar no sicafe seu balanço de 2023, é possível realizarmos diligência do referido documento?

Enviada em 28/08/2025 às 14:01:12h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Tendo em vista que o Senhor não realizou o encaminhamento dele.

Enviada em 28/08/2025 às 14:01:35h



Mensagem do Participante

Item 1

De 51.438.599/0001-80 - Prezado Pregoeiro, sim!  
Enviamos o documento mais atualizado, com balanço de 2024.

Enviada em 28/08/2025 às 14:07:26h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 51.438.599/0001-80 - Compreendido! Será oportunizado que envie o balanço de 2023, em razão de diligência, conforme disposto no inc. I do Art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.

Enviada em 28/08/2025 às 14:10:16h



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

<b>PROCESSO:</b>	01593/2021-TCE/RO
<b>UNIDADE JURISDICIONADA:</b>	Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé-RO
<b>CATEGORIA:</b>	Tomada de contas especial
<b>ASSUNTO:</b>	Tomada de Contas Especial – TCE - Possíveis irregularidades ocorridas na sessão do Pregão Eletrônico n. 065/2021, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos, mediante sistema informatizado via internet, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da Prefeitura do Município de São Francisco do Guaporé-RO.
<b>RESPONSÁVEIS<sup>1</sup>:</b>	Alcino Bilac Machado, CPF n. ***.759.706-**, prefeito municipal; Maikk Negri, CPF n. ***.923.552-**, pregoeiro.
<b>RELATOR:</b>	Conselheiro Wilber Carlos dos Santos Coimbra

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA**

**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Trata-se Tomada de Contas Especial convertida por meio do Acórdão APL-TC n. 00041/23 (ID n. 1384694), em razão da materialização de irregularidades acerca dos fatos que envolvem os responsáveis, os Senhores ALCINO BILAC MACHADO, CPF n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, uma vez que levaram a efeito uma contratação menos vantajosa para a contratante, implicando em dano ao tesouro municipal.

**2. HISTÓRICO**

2. No intuito de evitar digressões já existentes nos autos, esta unidade técnica adota, como parte integrante deste relatório, o histórico lançado pelo corpo técnico no “Relatório de Complementação de Instrução” (ID 1291610).

3. Em tal relatório, o corpo técnico concluiu que, *in verbis* (ID 1345683, págs. 38-39):

**4. CONCLUSÃO**

---

<sup>1</sup> Conforme DM-00030/23-GCVCS, ID 1357645.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

34. Encerrada a análise, ratificando manifestação técnica anterior (ID 1212763), concluímos pela procedência parcial da representação e, pela ilegalidade do edital do pregão eletrônico n. 65/2021 da prefeitura municipal de São Francisco do Guaporé/RO, em face das seguintes ilegalidades remanescentes.

4.1 De responsabilidade do Senhor Maikk Negri, pregoeiro, CPF: 709.923.552-49, por:

a. Lançar licitação de forma inadequada e escolher proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o art. 3º e o art. 41 da Lei 8.666/93 e o art. 4º, incisos VII e X da Lei 10.520/2002 (relato nos parágrafos n. 41/86);

b. Rejeitar intenção de recurso da empresa Carletto Gestão de Frotas Ltda., sem oportunizar-lhe o contraditório e a ampla defesa, em desacordo com os arts. 2º, § 1º, e 4, incisos XVIII e XX, da Lei 10.520/2002 (relato nos parágrafos n. 87/97).

**5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

35. Ante todo o exposto, propõe-se ao relator:

a. Reiterar as propostas do relatório técnico de ID 1212763;

b. Caso o relator divirja da manifestação técnica, concluindo pela conversão dos autos em TCE, considerar como dano a quantia de R\$442.783,36 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme abordado no tópico 3 deste relatório.

4. No mesmo sentido, conforme parecer n. 0002/2023-GPGMPC (1338161), o Ministério Público de Contas - MPC - opinou que:

Ante o exposto, mantém-se integralmente o PARECER N. 0100/2022-GPGMPC, já encartado no presente feito, cujos termos, ora reditos *ipsis verbis*, informam que o Ministério Público de Contas, divergindo tão somente dos encaminhamentos propostos no pela unidade técnica, em seu Relatório de Análise Técnica, entende que esse Tribunal de Contas decida neste sentido:

I) CONHEÇA da representação por preenchidos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la PROCEDENTE, nos termos dos fundamentos fáticos e jurídicos lançados neste opinativo ministerial;

II) CONSIDERE ILEGAL, SEM PRONÚNCIA DE NULIDADE, o certame registo pelo edital de pregão eletrônico n. 065/2021, objeto do processo administrativo n. 762-1/2021, de interesse da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé, de modo a preservar os efeitos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

jurídicos do Contrato n. 776- 1/SEMOSP/2022, pactuado, ao que consta, com a empresa C. V. MOREIRA EIRELI;

III) APLIQUE MULTA ao senhor MAIKK NEGRI, Pregoeiro, e ao Senhor ALCINO BILAC MACHADO, Prefeito Municipal, com fundamento no art. 55, IV, da Lei Complementar n. 154/96, pelo descumprimento da ordem exarada no item III da DM N. 0081/2021-GCVCS, pelos motivos declinados neste opinativo;

IV) CONVERTA, ante aos requisitos autorizadores, o presente feito em tomada de contas especial, nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 154/96, para fins de quantificação e apuração de responsabilidades por contratação com evidências de danos ao erário, decorrente de indevida classificação, adjudicação e homologação de proposta menos vantajosa economicamente.

5. Mais adiante, foi prolatado o Acórdão APL-TC 00041/23 (ID 1384694) referente ao processo 01593/21, com a seguinte parte dispositiva:

I – CONHECER, em fase preliminar, a presente Representação (ID n. 1069692), formulada pela pessoa jurídica de direito privado empresa CARLETO GESTÃO DE FROTAS LTDA., CNPJ/MF sob o n. 08.469.404/0001-30, representado pelo Senhor FELIPE GLOOR CARLETO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.079.059-\*\*, subscrita pelos advogados regularmente constituídos, FLÁVIO HENRIQUE LOPES CORDEIRO, inscrito na OAB/PR n. 75.860, e JENNIFER FRIGERI YOUSSEFF, inscrita na OAB/PR n. 75.793, respectivamente, uma vez que restaram preenchidos os pressupostos processuais intrínsecos e extrínsecos aplicáveis à espécie versada, na forma dos preceptivos legais, entabulados no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993, c/c o art. 52-A, inciso VII da Lei Complementar n. 154, 1996, c/c o art. 82-A, inciso VII do RI-TCE/RO;

II – JULGAR O MÉRITO PROCEDENTE, em razão da homologação, de maneira meramente formal, do Edital de Licitação n. 65, de 2021, que continha vício insanável, consubstanciado na rejeição sumária do recurso administrativo apresentado pela Representante, em ofensa ao dispositivo inserto no art. 4º, XVIII, da Lei n. 10.520, de 2002, e, consequentemente, haver possibilitado a condução de materialização de escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto no art. 3º e no art. 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993, de responsabilidade dos Senhores ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, contudo, sem pronunciar a nulidade do referido certame licitatório, uma vez que a invalidação dos atos licitatórios e do respectivo contrato, certamente, causaria mais prejuízos do que a sua



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

manutenção, justamente, porque acabaria por vulnerar a segurança jurídica e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

III – MULTAR, com substrato jurídico no art. 55, Inciso II da Lei Complementar n. 154, de 1996, c/c o art. 103, Inciso II do RITCE-RO, e art. 22, §2º da LINDB, o Senhor MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, no valor total de R\$ 1.620,00 (mil, seiscentos e vinte reais), em razão da rejeição sumária do recurso administrativo apresentado pela Representante, em ofensa ao comando normativo do art. 4º, XVIII, da Lei n. 10.520, de 2002, e, consequentemente, haver possibilitado a condução de materialização de escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto no art. 3º e no art. 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993, o que se caracteriza como sendo ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que aliada à ausência de excludentes de ilicitude (estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito, dentre outras específicas, caso fortuito ou ainda força maior) e presentes os elementos da culpabilidade (imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa), restou caracterizada a conduta consubstanciada em erro grosseiro, na modalidade de culpa grave, por quebra do dever de cuidado objetivo, mediada pela grave negligência, no que se refere ao procedimento normativo do processo licitatório, o que atrai a sua responsabilização pessoal, na forma prevista no art. 28, caput, da LINDB, incluído pela Lei n. 13.665, de 2018, c/c o art. 12, caput e §1º, do art. 12 do Decreto Federal n. 9.830, de 2019, e impõe, em juízo de culpabilidade, o sancionamento na forma alhures colmatada, diante das vetoriais (requisitos) reconhecidas como neutras ao Agente Público fiscalizado, conforme o ato infracional examinado, conforme fundamentação alinhavada na dosimetria supra, porquanto é o necessário e o suficiente para restabelecer a autoridade da norma violada e, por consectário lógico, servir de desestímulo à prática de ilícitos tais quais os que foram identificados neste processo de contas;

IV – SANCIONAR, com substrato jurídico no art. 55, Inciso II da Lei Complementar n. 154, de 1996, c/c o art. 103, Inciso II do RITCE-RO, e art. 22, §2º da LINDB, o Senhor ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, no valor total de R\$ 1.620,00 (mil, seiscentos e vinte reais), diante da constatação da infração consubstanciada na homologação, de maneira meramente formal, do Edital de Licitação n. 65, de 2021, que continha vício insanável, consubstanciado na rejeição sumária do recurso administrativo apresentado pela Representante, em ofensa ao comando normativo do art. 4º, XVIII, da Lei



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

n. 10.520, de 2002, e, consequentemente, haver possibilitado a condução de materialização de escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto no art. 3º e no art. 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993, o que se caracteriza como sendo ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que aliada à ausência de excludentes de ilicitude (estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito, dentre outras específicas, caso fortuito ou ainda força maior) e presentes os elementos da culpabilidade (imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa), restou caracterizada a conduta consubstanciada em erro grosseiro, na modalidade de culpa grave, por quebra do dever de cuidado objetivo, mediada pela grave negligência, no que se refere ao controle do processo licitatório, o que atrai a sua responsabilização pessoal, na forma prevista no art. 28, caput, da LINDB, incluído pela Lei n. 13.665, de 2018, c/c o art. 12, caput e §1º, do art. 12 do Decreto Federal n. 9.830, de 2019, e impõe, em juízo de culpabilidade, o sancionamento na forma alhures colmatada, diante das vetoriais (requisitos) reconhecidas como neutras ao Agente Público fiscalizado, conforme o ato infracional examinado, conforme fundamentação alinhavada na dosimetria supra, porquanto é o necessário e o suficiente para restabelecer a autoridade da norma violada e, por consectário lógico, servir de desestímulo à prática de ilícitos, tais quais os que foram identificados neste processo de contas;

V – FIXAR o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para que os responsáveis, alhures nominados, procedam ao recolhimento dos valores correspondentes às penas de multas, cominadas nos itens III e IV deste decisor, à conta do Tesouro Municipal de São Francisco do Guaporé-RO, devendo tais recolhimentos serem comprovados a este Tribunal de Contas, no mesmo prazo, ora assentado, sendo que, decorrido o mencionado prazo assinalado, sem os devidos recolhimentos, os valores correspondentes às sanções pecuniárias deverão ser atualizados monetariamente, nos termos do art. 56 da Lei Complementar n. 154, de 1996;

VI – DETERMINAR, com substrato jurídico no art. 49, inciso VIII da Constituição do Estado de Rondônia e no art. 71, inciso IX, c/c art. 75, caput, ambos da Constituição Federal de 1988, aos Senhores ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, ou quem vier a substituí-los, na forma legal, que se abstenham, dentro de suas atribuições funcionais, de incluir, nos futuros procedimentos





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

licitatórios, cláusulas ou condições que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo desses certames públicos, bem como observem as normas legais aplicáveis à espécie versada;

VII – CONVERTER o presente processo em Tomada de Contas Especial, com fulcro no art. 44 da Lei Complementar n. 154, de 1996, c/c art. 65 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, ante os elementos indiciários de dano ao erário apontados pela Secretaria-Geral de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico (ID n. 1291610) e do Parecer n. 0002/2023-GPGMPC (ID n. 1338161) os quais, em tese, teriam ocasionado prejuízos ao erário que, até a presente data, totalizariam o importe de aproximadamente R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), conforme apurado, cuja responsabilidade, hipoteticamente, recairia sobre os Senhores ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, pela eventual prática das seguintes irregularidades, respectivamente:

VII.a) inobservância ao disposto nos arts. 3º e 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993, contribuindo para a escolha de proposta menos vantajosa para a administração, possibilitando a materialização de potencial dano ao erário, apurado nestes autos, no valor de R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), em razão da rejeição sumária de recurso administrativo, interposto pela Representante, em desacordo com o art. 4º, Inciso XVIII, da Lei n. 10.520, de 2002;

VII.b) homologação do Edital de Licitação n. 65, de 2021, com eiva insanável, consubstanciada na rejeição sumária de recurso administrativo, interposto pela Representante, por parte do Pregoeiro, em desacordo com o art. 4º, inciso XVIII da Lei n. 10.520, de 2002, na qual foi possibilitada a escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto nos arts. 3º e 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993;

VIII – ORDENAR ao Departamento do Pleno que, notifique, por meio de expedição de MANDADO DE CITAÇÃO, os responsáveis abaixo relacionados, para que, querendo, apresentem resposta às imputações que lhes são formuladas, no prazo de até 30 (trinta) dias, na forma do disposto no art. 30, § 1º, I, do RITCE/RO, c/c o art. 12, II, da LC n. 154, de 1996, nos termos abaixo relacionados:

VIII.a) - de responsabilidade solidária dos ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, pelo provável dano ao erário de R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), da homologação, de maneira meramente formal, do Edital de Licitação n. 65,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

de 2021, que continha vício insanável, consubstanciado na rejeição sumária do recurso administrativo apresentado pela Representante, em ofensa ao art. 4º, XVIII da Lei n. 10.520, de 2002, e, consequentemente, haver possibilitado a condução de materialização de escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto no art. 3º e no art. 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993;

IX – DETERMINAR ao Departamento do Pleno que, notifique, por meio de expedição de MANDADO DE AUDIÊNCIA, os responsáveis indicados no item VIII, subitem VIII.a), para que, querendo, apresentem resposta às imputações que lhes são formuladas, no prazo de até 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 30, §1º, II do Regimento Interno c/c o art. 12, III da Lei Complementar n. 154, de 1996,

X – ALERTAR os responsáveis públicos a serem notificados, registrando-se em relevo nos respectivos MANDADOS que, pela não apresentação ou a apresentação intempestiva das razões de justificativas, como ônus processual, será decretada a revelia, com fundamento no art. 12, § 3º, da LC n. 154 de 1996, c/c art. 19, § 5º, do RITC-RO, do que poderá resultar o julgamento irregular dos atos sindicados na Tomada de Contas Especial, com eventual imputação de débito e multa, na forma do art. 54 da LC n. 154, de 1996 c/c o art. 102 do RI-TCE/RO, ou a aplicação de multa por ato praticado com infração à norma legal ou regulamentar de cunho contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, com espeque no art. 55, II, da LC n. 154 de 1996, c/c o disposto no art. 103 do RI-TCE/RO, acaso sejam considerados irregulares as condutas por eles praticadas;

XI – ANEXAR aos respectivos MANDADOS cópia desta Decisum, dos Relatórios Técnicos (IDs n. 1140376; 1212763 e 1294513) e do Parecer do Ministerial n. 0002/2023-GPGMPC (ID n. 1338161), para facultar aos retrorreferidos Jurisdicionados o pleno exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa, em atenção aos comandos normativos entabulados no art. 5º, inciso LV da CRFB/88;

XII – ULTIMADAS a CITAÇÃO e a AUDIÊNCIA dos Jurisdicionados arrolados no item II e III e apresentadas as defesas, no prazo facultado, ou na hipótese de transcorrer, in albis, o prazo fixado – é dizer, sem apresentação do que ora se ordena, sejam tais circunstâncias certificadas nos autos do processo, fazendo-me, após, os mencionados autos, conclusos para deliberação;

[...]

6. O referido Acórdão transitou em julgado em 10.05.2023, consoante certidão de ID 1396774.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

7. Em momento posterior, em função de o responsável Maikk Negri ter apresentado petição requerendo a revisão e reconsideração do Acórdão APL-TC n. 00041/23, o relator exarou a Decisão Monocrática n. 0131/2023-GCWCSC, determinando o que segue:

Ante o exposto, pelos fundamentos lançados em linhas pretéritas, nos termos do disposto no Item VII, subitens VII.a) e VII.b) do Acórdão APL-TC n. 00041/23 (ID n. 1384694) e por consequência, na forma do disposto no art. 19, Inciso II, do RITCE-RO, monocraticamente:

I – DETERMINO a expedição de MANDADO DE CITAÇÃO, em razão da conversão da Representação em Tomada de Contas Especial, por intermédio do Acórdão APL-TC n. 00041/23 (ID n. 1384694), para o fim de que o Departamento do Pleno notifique os responsáveis, o Senhor ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e o Senhor MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, para que, querendo, apresentem resposta às imputações que lhes são formuladas, no prazo de até 30 (trinta) dias, na forma do disposto no art. 30, §1º, Inciso I, do RITCE/RO, c/c o art. 12, Inciso II, da LC n. 154, de 1996, na forma que seque:

I.I – de responsabilidade solidária dos Senhores ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro, pelo provável dano ao erário de R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), da homologação, de maneira meramente formal, do Edital de Licitação n. 65, de 2021, que continha vício insanável, consubstanciado na rejeição sumária do recurso administrativo apresentado pela Representante, em ofensa ao art. 4º, XVIII da Lei n. 10.520, de 2002, e, consequentemente, haver possibilitado a condução de materialização de escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto no art. 3º(1) e no art. 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993;

I.II – Inobservância ao disposto nos arts. 3º e 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993, contribuindo para a escolha de proposta menos vantajosa para a administração, possibilitando a materialização de potencial dano ao erário, apurado nestes autos, no valor de R\$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil reais), em razão da rejeição sumária de recurso administrativo, interposto pela Representante, em desacordo com o art. 4º, Inciso XVIII, da Lei n. 10.520, de 2002;

I.III – homologação do Edital de Licitação n. 65, de 2021, com eiva insanável, consubstanciada na rejeição sumária de recurso administrativo, interposto pela Representante, por parte do Pregoeiro, em desacordo com o art. 4º, inciso XVIII da Lei n. 10.520, de 2002, na qual foi possibilitada



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

a escolha de proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o disposto nos arts. 3º e 41, ambos da Lei n. 8.666, de 1993;

II – ALERTEM-SE os responsáveis públicos a serem notificados, registrando-se em relevo nos respectivos MANDADOS que, pela não apresentação ou a apresentação intempestiva das razões de justificativas, como ônus processual, será decretada a revelia, com fundamento no art. 12, § 3º, da LC n. 154 de 1996, c/c art. 19, § 5º, do RITC-RO, do que poderá resultar o julgamento irregular dos atos sindicados na Tomada de Contas Especial, com eventual imputação de débito e multa, na forma do art. 54 da LC n. 154, de 1996 c/c o art. 102 do RI-TCE/RO, ou a aplicação de multa por ato praticado com infração à norma legal ou regulamentar de cunho contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, com espeque no art. 55, II, da LC n. 154 de 1996, c/c o disposto no art. 103 do RI-TCE/RO, acaso sejam consideradas irregulares as condutas por eles praticadas;

III – ANEXEM-SE aos respectivos MANDADOS cópia desta Decisão Monocrática, do Relatório Técnico dos Relatórios Técnicos (IDs n. 1140376; 1212763 e 1294513) e do Parecer do Ministerial n. 0002/2023-GPGMPC (ID n. 1338161), bem como do APL-TC n. 00041/23 (ID n. 1384694), para facultar aos retrorreferidos jurisdicionados o pleno exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa, em atenção aos comandos normativos entabulados no art. 5º, inciso LV da CRFB/88, informando-lhes que as demais peças processuais poderão ser encontradas no sítio eletrônico deste Tribunal de Contas [www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br) ;

IV – ULTIMADAS as CITAÇÕES dos Jurisdicionados arrolados no item I e apresentadas as defesas, no prazo facultado, ou na hipótese de transcorrer, in albis, o prazo fixado – é dizer, sem apresentação do que ora se ordena, sejam tais circunstâncias certificadas nos autos do processo, fazendo-me, após, os mencionados autos, conclusos para deliberação;

V – AUTORIZAR, desde logo, que as citações ordenadas no item I e demais intimações sejam realizadas por meio eletrônico, nos moldes em que dispõe o art. 22, inciso I da Lei Complementar n. 154, de 1996, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal;

[...]

8. Após, os responsáveis Alcino Bilac Machado e Maikk Negri, consoante documentos de ID 1441526 e 1443039, apresentaram defesa/razões de justificativa em relação às imputações que lhes foram formuladas.

9. Em seguida, por meio da Decisão Monocrática n. 0155/2023-GCWCSO, o relator determinou que:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

Ante o exposto, pelos fundamentos veiculados em linhas precedentes, DETERMINO:

I – ENCAMINHE-SE os autos do Processo em epígrafe à Secretaria-Geral de Controle Externo, para que, na forma da Resolução n. 293/2019/TCE-RO, manifeste-se acerca dos elementos probatórios sindicados na presente Tomada de Contas Especial, de modo conclusivo, em observância aos postulados do devido processo legal substancial, em razão do exercício do contraditório e da ampla defesa, materializado nos autos, por intermédio da apresentação da razões de justificativas, por meio dos Documentos ns. 4.446/23 (ID n. 1441526) e 4.534/23 (ID n. 1443039), por parte dos responsáveis, os Senhores ALCINO BILAC MACHADO, CPF/MF sob o n. \*\*\*.759.706-\*\*, Prefeito Municipal, e MAIKK NEGRI, CPF/MF sob o n. \*\*\*.923.532-\*\*, Pregoeiro;

[...]

10. Assim, os autos vieram a esta Unidade Técnica para o cumprimento do item I da DM n. 0155/2023-GCWCS.

### **3. ANÁLISE TÉCNICA**

#### **3.1. Das justificativas apresentadas pelo responsável Alcino Bilac Machado – Ilegitimidade passiva**

11. O responsável, em síntese, afirma que (ID 1441526):

[...]

De mais a mais, de uma leitura do caderno processual administrativo não se localizou nenhuma tramitação processual administrativa dos autos aos procuradores do Município, muito menos ao Órgão de Controle Interno, agentes postos à disposição da administração pública municipal para o desenlace das matérias lavadas ao seu conhecimento. Portanto, qualquer alegação de abandono dos órgãos auxiliares se resume a meras falácias e fantasias.

Ora, se o órgão responsável em selecionar proposta mais vantajosa não se valeu de seus técnicos, não pode a essa altura do campeonato colocar o Prefeito ora recorrente no mesmo nível de responsabilidade, pois o ato de homologar a licitação foi meramente formal por estrito cumprimento da legislação da licitação imposta.

Quando o prefeito recorrente homologou a licitação no pé que se encontrava não tinha condições de aferir a legalidade dos atos praticados até então, isto porque não foi tramitado aos procurados para análise quanto a legalidade de todo procedimento. Assim, imputar responsabilidade ao



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

prefeito por ato formal é por demais gravoso, o que deve ser rechaçado por questão de justiça.

Jamais o prefeito deve ser responsabilizado por ato comissivo ou omissivo de responsabilidade de terceiros, ainda que seja por erro grosseiro, como no presente caso como bem assentou esta r. Corte de Contas.

[...]

Pelo que se depreende, o prefeito não nada fugiu dos princípios constitucionais e legais que lhe foram impostos. O ato de homologar a licitação está localziado na fase externa na licitação.

[...]

12. Compulsando os autos, verifica-se que a responsabilização do Sr. Alcino Bilac Machado, prefeito municipal, deu-se em virtude da homologação do certame em tela.

13. Conforme é sabido, a homologação da licitação corresponde à aprovação do procedimento pela autoridade competente (art. 38, VII da Lei n. 8.666/93 e art. 17, VII, da Lei n. 14.133/2021).

14. Por isso, entende-se que ao homologar o certame a autoridade atestou que o procedimento ocorreu de forma regular, sem vícios que pudessem macular sua legalidade.

15. Dessa forma, conclui-se que a autoridade competente pela homologação tem o dever de verificar a legalidade dos atos praticados na licitação, bem como avaliar a conveniência da contratação do objeto licitado pela Administração.

16. Esse ato de controle não pode ser tido como meramente formal ou chancelatório, mas antes como um ato de fiscalização.

17. Deflui-se dos julgados do TCU a adoção, como premissa maior, do entendimento de que a autoridade homologadora é responsabilizada solidariamente pelos vícios identificados, exceto quando dificilmente perceptíveis:

A autoridade homologadora é solidariamente responsável pelos vícios identificados nos procedimentos licitatórios, exceto se forem vícios ocultos, dificilmente perceptíveis. A homologação se caracteriza como um ato de controle praticado pela autoridade competente, que não pode ser considerado como meramente formal ou chancelatório.

(Acórdão TCU nº 4843/2017 - Primeira Câmara).

18. *In casu*, nota-se que a irregularidade apontada pelo corpo técnico se sucedeu em virtude de inserção/lançamento errôneo do pregão no sistema Licitanet. Vejamos trecho do relatório técnico:

[...]





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

Ao analisar a forma que a licitação foi inserida/lançada no sistema Licitanet, identifica-se que ela foi lançada com o valor estimado total referente apenas à taxa de administração cotada (R\$ 262.845,00), o que corrobora a alegação da administração no parágrafo 11 deste relatório,

[...]

No entanto, ao estipular como valor orçado total somente o valor da taxa de administração e não o valor estimado de consumo (ID 1069867, pág.28) somado ao valor da taxa de administração, que daria o total de R\$ 2.762.845,00, prejudicou as licitantes que desejavam ofertar taxa de administração negativa, conforme possibilidade do edital.

Explica-se melhor: o valor de R\$ 262.845,00 (valor correspondente à taxa de administração) foi obtido ao multiplicar o valor estimado de consumo (R\$ 2.500.000,00) pela taxa de administração de 10,5138%. Assim, ao considerar apenas o valor de R\$ 262.845,00 como parâmetro de análise das propostas, impossibilitou as licitantes de ofertarem taxas negativas dentro desse valor definido no sistema, já que o sistema não aceita propostas com valores negativos para o critério adotado no certame (menor preço por lote), conforme informação repassada pela empresa Licitanet por e-mail:

[...]

19. Logo, da leitura atenta dos autos, percebe-se que o caso não se trata de uma irregularidade de difícil percepção ao homem médio.

20. Isto é, bastaria a leitura pormenorizada da ata do pregão para que fossem percebidas, pelo menos, as seguintes inconformidades: a) discrepância enorme entre as propostas; b) valor da proposta declarada vencedora cerca de 15 (quinze) vezes menor do que o valor de referência previsto no edital (valor de consumo e taxa de administração); c) recusa sumária e imediata do pregoeiro em receber o mérito do recurso da licitante Carletto Gestão de Frotas LTDA.

21. Colaciona-se, abaixo, julgado do TCU a respeito do tema:

A prática de atos irregulares por pregoeiro, pode ensejar a apenação da autoridade que homologou o certame, quando tais irregularidades são facilmente constatadas a partir da análise isolada da ata do pregão.

(Acórdão TCU nº 3785/2013 - Segunda Câmara).

22. Além do mais, agente político, no caso o prefeito municipal, quando assume diretamente as funções de gestor municipal, optando por não delegar essa atribuição aos seus secretários municipais, assume a responsabilidade pela prática desses atos de gestão.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

23. Nesse contexto, o caso sob exame não trata de responsabilização objetiva do agente político, visto que a sua responsabilização decorre dos atos por ele praticados na condição de gestor público, comprovados por meio dos documentos por ele assinados, como atos de homologação de licitação.

24. Ressalte-se, também, que o gestor público responde subjetivamente por culpa *in eligendo* e culpa *in vigilando*.

25. Nessa linha, destaca-se posição firmada pelo Tribunal de Contas no Enunciado de Súmula n. 107:

Os Chefes de Poder Municipal, ao atuarem como ordenadores de despesas, terão seus atos julgados pelo Tribunal de Contas e serão responsabilizados pessoalmente por eventuais ilegalidades.

26. No mesmo sentido, segue acórdão do TCU, AC-1190-21/09-P:

Ainda que o *ex-edil* venha a posteriori invocar como eximente de culpabilidade o fato de não ter acompanhado diretamente a formalização e a execução do contrato, o então gestor municipal concorreu para o dano que lhe foi imputado por culpa *in eligendo* e culpa *in vigilando*. Como se depreende dos fatos, o ex-prefeito atrai para si a responsabilidade civil e administrativa também por não ter devidamente supervisionado e exigido dos seus subordinados o esmerado cumprimento da lei.

27. Registra-se, ainda, decisão do Tribunal de Contas da União, que reconheceu que o ato de homologação dos procedimentos licitatórios equivale à aprovação de todos os atos nele praticados:

a homologação se caracteriza como um ato de controle praticado pela autoridade competente sobre tudo o quanto foi realizado pela comissão de licitação. Homologar equivale a aprovar os procedimentos até então adotados. Esse ato de controle não pode ser tido como meramente formal ou chancelatório, mas antes como um ato de fiscalização.

o (BRASIL. Segunda Câmara. Tribunal de Contas da União. Acórdão n. 4.791/2013. TC 026.876/2010-8. Relatora: min. Ana Arraes, 13 ago. 2013)

28. Dessa forma, entende-se que a autoridade que homologa o certame, de maneira meramente formal, deve responder por vícios da licitação, ainda mais se não forem de difícil percepção.

29. Assim, ante o exposto, no entender desta unidade técnica, a responsabilidade do defendente deve ser mantida.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

**3.2. Das razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Maikk Negri**

30. O responsável, em suas razões de justificativas, sustenta, em resumo, que:

[...]

Ínclitos, embora o respeitoso e íntegro senhor Maikk Negri, já tenha apresentado incansavelmente uma extensa arguição e documentos comprobatório, no sentido que não há nem de longe vestígios de dano ao erário, muito ao oposto disto. É de suma importância, antes de adentrarmos, destacar o os lances ofertados pelas empresas concorrente, E, quais lances foram ofertados, comprovando assim o motivo de ter sido declarado a empresa vencedora pelo melhor lance.

[...]

Conforme informações dos últimos lances ofertados acima, a empresa recorrente (CARLETTO GESTÃO DE FROTAS LTDA) nem se quer aparece para ofertar lance, o que cai por terra à tese de que esta comissão o impossibilitou a competir em grau de isonomia. Notável, que a empresa ora questionante, não comparece no certame como promissora a vencer, pois permanece inerte na disputa.

[...]

Ressalta ainda que, havendo a aceitação do edital, aceita-se assim seu formato na integralidade. Logo, o momento oportuno para impugnação restara 3 dias antes do certame, assim preconiza o instrumento editalício no item 12.1. O que não houve.

[...]

Logo, todo e qualquer cálculo em que se baseia em meras expectativas, não podem ser levados em conta, pois tratam-se de possibilidade e não fatos.

[...]

O motivo o qual manifesta em recurso, é o oposto do que alega a empresa. Traz o instituto da inexecuibilidade, e não a taxa negativa como propõe em defesa junto ao TCE/RO. ASSUNTO ADVERSO, MERAMENTE PROTELATÓRIO. ONDE ESTARIA O DEVER/DIREITO/OBRIGAÇÃO DO PREGOEIRO EM COORDENAR O CERTAME?

[...]

NESSE SENTIDO, JÁ MENCIONADO EM DEFESAS ANTERIORES, LANÇA NOVAMENTE O DESAFIO A ESTA CORTE E SEU CORPO TÉCNICO, PRINCIPALMENTE AOS TÉCNICOS DA MPC, QUE SEJA USADO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM DILIGÊNCIAS, E FAÇA A



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

PESQUISA EM CAMPO, NAS REDES DE POSTOS, OU QUALQUER OUTRO SEGUIMENTO OS QUAIS UTILIZAM-SE OU JÁ UTILIZARAM TAXA NEGATIVA DA MODALIDADE EM COMENTO, O QUANTO DE VALOR FOI ATRIBUÍDO A MAIS AO PRODUTO PARA SATISFAZER O MERCADO. E MAIS, QUAL O VALOR DO PRODUTO FOI REPASSADO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA? FICA O DESAFIO A ESTA CORTE.

[...]

Logo, é alvo mais que a neve, que o intuito é meramente protelatório, o famoso dito popular “procurar pelo em ovo”, e um “vai que cola”. Porém cabe ressaltar que quando ocorrera o certame, o mundo, não somente esta municipalidade, estava sobrevivendo ao meio de um “furacão pandêmico”, onde não havia veículos suficientes para a locomoção de pacientes. Ainda nessa seara, ressalta que esta municipalidade está em média a 300km de JiParaná, com UTI mais próxima, e 700km da capital do estado.

[...]

Abrindo um parêntese, qual seria o prejuízo se o certame não houvesse encerrado na data prevista, em meio de pandemia? Pois quantos veículos ficaria parado por falta de manutenção básicas e necessárias? Quantos pacientes poderiam morrer a espera de socorro? Falta de oxigênio e UTI. Meu Deus, porque somente houve cálculo do prejuízo o qual favorece a empresa Carletto? Porque não houve outros cálculos, os quais foram previstos na prática por esta equipe, e que evitaram perdas incalculáveis, inclusive vidas, e nem se quer é levado em conta por esta respeitosa Corte.

[...]

31. Da leitura atenta dos autos, verifica-se que a responsabilização do Sr. Maikk Negri, pregoeiro, ocorreu em virtude de lançar licitação de forma inadequada e escolher proposta menos vantajosa para a administração e rejeitar intenção de recurso de forma sumária.

32. Pela importância, transcreve-se trecho da conclusão do relatório técnico inicial (ID 1140376):

5.1. De responsabilidade do Senhor Maikk Negri, pregoeiro, CPF: 709.923.552-49, por: a. Lançar licitação de forma inadequada e escolher proposta menos vantajosa para a administração, em desacordo com o art.3 e o art. 41 da Lei 8.666/93 e o art. 4, incisos VII e X da Lei 10.520/2002, provocando dano ao erário no valor de R\$ 252.827,63 (duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

b. Rejeitar intenção de recurso de forma sumária, em desacordo com os arts. 2, § 1º, e 4, incisos XVIII e XX, da Lei 10.520/2002.

33. Pois bem. O cerne da questão está em identificar se houve imperícia do pregoeiro, ora defendente, no momento de lançamento do pregão no sistema, o que contribuiu para o prejuízo ao erário levantado pelo corpo instrutivo, uma vez que acarretou em escolha de proposta menos vantajosa para a administração.

34. Analisando o edital do pregão eletrônico em tela (ID 1069867, pág.16), constata que havia possibilidade de apresentação de taxa de administração nula ou negativa, conforme citação abaixo, *in verbis*:

[...]

7.8. As propostas, conforme modelo constante do ANEXO IV, deverão apresentar o percentual de Taxa de Administração dos serviços, expresso em algarismos com duas casas decimais após a vírgula e por extenso, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofertem apenas um percentual;

7.9. Serão admitidas ofertas de taxa de administração nula ou negativa;

[...]

35. Ademais, seria declarada vencedora a proposta que apresentasse o menor preço por lote:

11.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, com base no Menor Preço, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

36. Dos autos é possível perceber que, após a apresentação das propostas (ID 1069698), a classificação final dos licitantes ficou da seguinte forma:

**Figura 1: Recorte da ata do pregão**

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
1º	C. V. MOREIRA EIRELI	03.477.309/0001-65	R\$ 186.500,00
2º	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI	25.165.749/0001-10	R\$ 186.619,95
3º	CARLETO GESTAO DE FROTAS LTDA	08.469.404/0001-30	R\$ 2.197.500,00
4º	MADEIRA SOLUÇÕES ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS LTDA	05.884.660/0001-04	R\$ 2.199.000,00
5º	LOGCARD EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES EIRELI	18.252.546/0001-03	R\$ 2.290.000,00
6º	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	00.604.122/0001-97	R\$ 2.499.750,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

- Ata de Realização do Pregão Eletrônico

<https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/pregao/23472/r>

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
7º	VOLUS TECNOLOGIA E GESTAO DE BENEFICIOS LTDA	03.817.702/0001-50	R\$ 2.500.000,00

Fonte: PCe, ID 1069698 do Processo n. 01593/21/TCE-RO.

37. A par do resultado final das propostas, dois licitantes (as empresas Caroletto Gestão de Frotas LTDA e Logcard Emissão de Vales-Alimentação, Vales-Transporte e Similares EIRELI) manifestaram interesse em recorrer (ID 1069698).

38. Ressalta-se que, como já apontado pelo corpo instrutivo, o pregoeiro, ora defendente, indeferiu ambos os recursos, consoante recorte abaixo:

Figura 2: Recorte da ata do pregão

Mensagens do Lote 1		
Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	04/06/2021 11:26:02	O fornecedor LOGCARD EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES EIRELI manifestou intenção de recurso pelo seguinte motivo: <i>Sr. Pregoeiro, a empresa LOGCARD apresenta intenção de recurso, em razão do não atendimento aos termos do edital, pela empresa vencedora, cujas razões serão apresentadas no prazo legal.</i>
Sistema	04/06/2021 12:03:50	A manifestação de Intenção de Recurso de CARLETTO GESTAO DE FROTAS LTDA não foi recebida pelo seguinte motivo: <i>Indeferido, pois na Lei de Licitações 8666/93, em seu art. 48, inciso II, torna inequívocos lances que atinjam 70%..</i>
Sistema	04/06/2021 12:10:24	A manifestação de Intenção de Recurso de LOGCARD EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES EIRELI não foi recebida pelo seguinte motivo: <i>Indeferido, pois no edital no item 10.4 diz "Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente"..</i>

Fonte: PCe, ID 1069698 do Processo n. 01593/21/TCE-RO.

39. Registra-se, também, que o Pregão Eletrônico n. 065/2021/SEGEAD, visava à contratação de empresa especializada em gerenciamento e implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, tendo como valor estimado da contratação a quantia de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), em relação ao consumo, conforme termo de referência (ID 1069696).

40. Além disso, havia o valor estimado no que tange à taxa de administração cotada, no importe de R\$ 262.845,00 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), nos termos do documento de ID1070100.

41. Ao examinar as propostas, como explanado pelo corpo técnico, identifica-se que a empresa vencedora do certame ofertou taxa positiva (ID 1069867, pág.57) e a representante ofertou taxa negativa de administração (ID 1069867, pág.61).

42. Ou seja, a empresa declarada vencedora do certame apresentou o valor de R\$ 186.500,00 (cento e oitenta e seis mil e quinhentos reais), referente à taxa de administração,





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

o que representava 7,465% do valor estimado para o consumo de peças, serviços e acessórios. Por sua vez, a representante apresentou taxa de administração negativa (-12,10%).

43. Logo, sem maiores digressões, é possível concluir que a proposta total/final da representante (consumo estimado somado à taxa de administração) era menor do que a proposta da empresa declarada vencedora, vez que a taxa de administração negativa equivaleria a um “desconto”.

44. Como se observa da “Figura 1”, em linhas acima, as duas primeiras licitantes lançaram no sistema apenas o valor da taxa de administração. Já as demais, inclusive a representante, inseriram tanto o valor da taxa de administração quanto do preço do consumo.

45. Contudo, o pregoeiro considerou, na análise das propostas ofertadas, apenas o valor final de cada licitante lançado no sistema licitanet.

46. Ao fazer isso, o pregoeiro declarou a empresa C.V. Moreira EIRELI vencedora do certame, mesmo tendo apresentado proposta claramente menos vantajosa para a Administração Pública contratante.

47. Como dito pelo corpo técnico, não só a proposta da empresa representante era menos onerosa à contratante, mas também todas as empresas classificadas nas posições 3 a 7.

48. E se não fosse o bastante, o pregoeiro, de maneira sumária, recusou/indeferiu as intenções recursais de dois participantes, em afronta aos arts. 2, § 1º, e 4, incisos XVIII e XX, da Lei 10.520/2002, bem como do item 12.7 do edital do pregão.

49. É sabido que, como já sedimentado no âmbito do TCU, que o juízo de admissibilidade da intenção de recorrer, na modalidade pregão, levado a efeito pelo Pregoeiro, deve se limitar à análise acerca da presença dos pressupostos recursais.

50. Logo, não cabia ao pregoeiro, naquele momento, adentrar ao mérito das razões recursais, como o fez no caso dos autos.

51. Assim, entende esta unidade técnica que não merecem prosperar as alegações do defendente.

### **3.3. Da quantificação do dano**

52. Segundo o art. 2º da Instrução Normativa n. 68/2019/TCE-RO, a tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública estadual ou municipal, com apuração dos fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

53. Na mesma linha, o art. 9º, IV, do normativo citado acima, prevê que:

Art. 9º Constituem pressupostos para instauração da tomada de contas especial a existência de elementos fáticos e jurídicos consubstanciados no TCATCE, com a indicação suficiente:

[...]

IV - do valor do dano ao erário, fundamentado em Parecer, laudo, pesquisas, cotações de preços etc.;

54. No caso dos autos, embora a conduta do agente esteja devidamente configurada nos presentes autos, há de se questionar a quantificação do dano, pressuposto essencial para o desenvolvimento regular do processo de tomada de contas especial, como explanado supra.

55. Isso porque o valor paradigma foi baseado em mera expectativa de contratação. É dizer, o valor apresentado pela empresa Carleto Gestão de Frotas Ltda. (representante) não seria aquele necessariamente contratado pelo jurisdicionado, como bem indicado pelo corpo técnico desta SGCE em outra oportunidade, a saber (relatório técnico de ID 1291610):

22. É bem verdade que a representante, no caso Carleto Gestão de Frotas Ltda., foi indevidamente eliminada do certame, conforme amplamente debatido nos autos, e por conta disso, quem deu causa à irregularidade deve ser responsabilizado.

23. Ocorre que para sustentar a ocorrência de dano, parte-se do pressuposto de que a representante seria ao final contratada. Veja-se, então, que o dano estaria ancorado numa presunção: por apresentar o menor preço na fase de lances, ela seria contratada.

24. A rigor não se trata nem de presunção. A classificação em primeiro lugar na fase de lances não conduz à presunção (nem mesmo relativa) de que será habilitada. A classificação em primeiro lugar na etapa de lances dá à licitante o direito de ser convocada a comprovar atendimento aos requisitos de habilitação.

25. Proposta mais vantajosa para administração, na modalidade pregão, é a conjugação do menor preço (critério de julgamento) com atendimento aos requisitos de habilitação. Só assim, tem-se a melhor proposta.

26. Menor preço na fase de lances não conduz automaticamente a ser declarado vencedor do certame. Ainda que determinada licitante tenha vencido a fase de lances, se ela não atender aos critérios de habilitação ela será inabilitada e a próxima licitante, será convocada. Esta, se atendidos os



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

requisitos de edital, será a vencedora do certame, mesmo com preço maior do que a licitante anterior.

27. Resta claro nos autos que a representante não ingressou na fase de habilitação, ocasião em que teria oportunidade de comprovar atendimento aos requisitos de habilitação, por erro da administração. Pelo erro, como dito, o agente responsável deve ser sancionado. Todavia, não há como sustentar dano a partir de uma possibilidade ou mesmo presunção de que ela seria vencedora (não há elementos comprovando isso) e, em seguida, contratada pela administração.

28. Assim, à luz de toda documentação encartada nos autos e divergindo respeitosamente de manifestações em sentido contrário, concluímos não haver elementos concretos para afirmar a ocorrência de dano ao erário, que acarretaria a conversão dos autos em TCE.

56. De igual modo, o inciso I do artigo 21 da Lei n. 14.230/21, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa, passou a dispor, de forma expressa, que:

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento e às condutas previstas no art. 10 desta Lei; (grifou-se)

57. A esse respeito, a doutrina entende que<sup>2</sup>:

[...]

não há o que se falar na condenação do acusado a reparar dano hipotético ou presumido, mas somente o dano efetivamente causado, que deve estar demonstrado documentalmente nos autos.

[...]

58. Logo, compreende-se que a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), expressamente, passou a exigir a comprovação real e efetiva do dano não só para a configuração dos atos tipificados no artigo 10, mas também para a aplicação da sanção de ressarcimento do dano.

59. À vista disso, já julgou o STJ:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jul-27/opinio-tema-1096-stj-dano-presumido-erario>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. DANO NÃO COMPROVADO. SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO.

[...]

2. Nos termos da jurisprudência firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, o pedido de ressarcimento ao erário reclama a comprovação de lesão efetiva ao patrimônio público, não sendo possível caracterizar o dano por mera presunção. 3. Nos casos em que se discute a regularidade de procedimento licitatório, a jurisprudência desta Corte de Justiça tem ponderado que não cabe exigir a devolução integral dos valores recebidos por serviços efetivamente prestados, ainda que derivada de contratação ilegal, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública.

[...]

(Superior Tribunal de Justiça. 1ª Turma - AgInt no REsp 1451163 / PR)

60. Noutra perspectiva, não há garantia de que o preço ofertado pela empresa Carleto Gestão de Frotas Ltda seria exequível. É cediço que a taxa de administração não é o único meio de remuneração das empresas que prestam esse tipo de serviço. A rede credenciada efetua pagamentos à empresa gestora, e não sabemos até que ponto essa relação entre particulares contribuiria para a formação de preço final para execução de contratos dessa natureza.

61. Por esse mesmo motivo é impraticável estabelecer uma metodologia precisa para a quantificação do dano ao erário, considerando também que o valor paradigma ideal seria o valor de mercado, mas os valores a título de taxa de administração praticados no mercado são discrepantes.

62. Diante do exposto, e considerando que os responsáveis já foram sancionados no processo originário, esta equipe técnica, em consonância com a manifestação emitida no relatório técnico de ID 1291610, reconhece a vulnerabilidade da quantificação do dano e, por isso, opina pela extinção dos presentes autos sem análise de mérito.

63. O Ministério Público de contas, nesse sentido, tem opinado, conforme parecer n. 0038/2023-GPETV (autos n. 03818/18), de lavra do D. Procurador, Ernesto Tavares Victoria:

PARECER N. 0038/2023-GPETV

[...]

Diante do exposto, em assentimento com o entendimento da Unidade Técnica (ID 1350535), afeto ao teor do art. 80, I, da Lei Complementar n. 154/96, e em reiteração à conclusão esposada no Parecer n. 0597/2020-



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

GPETV (979330), o Ministério Público de Contas opina, com sucedâneo no art. 485, VI, do CPC c/c art. 99- A, da Lei Complementar n. 154/96, seja extinto o feito sem resolução do mérito, ante a ausência de interesse processual, bem como da inexistência de elementos instrutivos suficientes para a elaboração de um juízo conclusivo acerca do mérito, igualmente pelo apartamento dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, defronte a impossibilidade de se indicar ou responsabilizar os agentes que deram causa ao eventual dano ao erário discutido no presente caderno processual.

É o parecer.

[...]

64. Vale dizer que, essa é a medida que se impõe neste caso, conforme entendimento firmado por esta Corte de Contas, nos autos de n. 3818/18, APL-TC 00103/23 - Acórdão - Tribunal Pleno - Decisão, *in verbis*:

**I – Extinguir, sem resolução de mérito, a presente Tomada de Contas Especial (TCE), originária da conversão de Denúncia (Processo nº 00560/14-TCE/RO), oferecida a este Tribunal de Contas pelo cidadão, Senhor Francisco das Chagas Barroso – referente a possíveis irregularidades praticadas no Estado de Rondônia pela concessão de crédito presumido e redução da base de cálculo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), incidente nas aquisições interestaduais e de importação de mercadorias para emprego na construção e de bens para o ativo imobilizado das empresas vinculadas à construção das usinas hidrelétricas e das linhas de transmissão relacionadas às Usinas de Santo Antônio e Jirau, com suporte na Lei Estadual nº 3.277/2013, regulamentada pelo Decreto nº 18.496/2014 – face à ausência de atendimento aos pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo, considerada a não definição e/ou quantificação precisa do valor do dano, bem como a impossibilidade de atribuir responsabilidade aos agentes políticos que participaram do processo legislativo de origem da norma jurídica questionada, somado à ausência de interesse de agir desta Corte de Contas em prosseguir no curso da marcha processual diante de vícios desta natureza, com fundamento no art. 29 do Regimento Interno e art. 99-A da Lei Complementar nº 154/96 c/c art. 485, IV e VI, do Código de Processo Civil (...)** (grifo nosso)

65. Da mesma forma, em brilhante voto, como de costume, o Conselheiro destes autos, durante deliberação do acórdão supramencionado, ratificou que:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

[...]

1. Do contexto que se abstrai do presente voto, CONVIRJO com o entendimento do Relator, Conselheiro VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA, para o fim de extinguir o processo, sem resolução de mérito, a presente Tomada de Contas Especial (TCE), originária da conversão de Denúncia (Processo nº 00560/14-TCE/RO), face à ausência de atendimento aos pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo, somado à falta de interesse de agir deste Tribunal de Contas em prosseguir com o curso da marcha processual, com fundamento no art. 29 do Regimento Interno e art. 99-A da Lei Complementar nº 154/96 c/c art. 485, IV e VI, do Código de Processo Civil.

[...]

2. Esclareço, por ser de relevo, que, nos termos dos arts. 926 e 927 do CPC[1], a lei deixou de ser o único paradigma obrigatório que vincula a decisão do julgador, de modo que as decisões a serem proferidas devem guardar coerência e integridade ao sistema de precedentes, isto é, não devem destoar de outras decisões já prolatadas sobre o mesmo tema e envolvendo as mesmas circunstâncias, isso com vistas a conferir maior segurança jurídica e estabilidade à sociedade, excepcionalizando-se, contudo, a hipótese em que a análise de caso concreto e o precedente aventado sejam distintos (*distinguishing*), ou quando o próprio entendimento do precedente tiver sido superado pelas peculiaridades do contexto histórico e jurídico daquele momento (*overruling*), o que não se vê no presente caso.

66. Isto posto, ante a impossibilidade de se quantificar o eventual dano ao erário, verifica-se, no presente caso, a hipótese de extinção sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c 286-A do Regimento Interno, por ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.

67. Portanto, a extinção do feito sem resolução do mérito, pela ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, no entender deste corpo técnico, revela-se como a decisão que melhor se impõe, perante a impossibilidade de se quantificar o *quantum debeatur*.

68. Por derradeiro, cabe enfatizar que a manifestação desta equipe técnica pelo arquivamento sem análise de mérito não prejudica ações futuras desta Corte de Contas quanto à rediscussão do tema em tela. Inclusive, no exercício de novas fiscalizações, detectando-se elementos suficientes para caracterização de autoria, quantificação do dano e delimitação de irregularidade, o tribunal poderá determinar a instauração de TCE para





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada em Tomada de Contas Especial – CECEX 3

apuração e julgamento de fatos correlatos aos analisados nestes autos, nos termos do § 1º do art. 8º da IN n 68/2019-TCERO.

#### **4. CONCLUSÃO**

69. Após a análise dos autos conclui-se:

70. Pela a extinção dos presentes autos sem análise de mérito com fulcro c/c art. 29 da Instrução Normativa n. 05/96, c/c o artigo art. 485, IV, do novo Código de Processo Civil, dada a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

#### **5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

71. Ante o exposto, propõe-se ao conselheiro relator:

5.1. **Extinguir** o presente feito sem resolução de mérito, em atendimento do disposto no art. 487, inciso IV do NCPC, c/c art. 29 da Instrução Normativa n. 05/96, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

5.2. **Arquivar** os autos após os trâmites legais.

Porto Velho - RO, 30 de outubro de 2023.

**ALEXANDRE COSTA DE OLIVEIRA**

Auditor de Controle Externo – Matrícula 552

Supervisão:

**ALÍCIO CALDAS DA SILVA**

Auditor de Controle Externo – Matrícula 489

Coordenador da Cecex 3

Em, 30 de Outubro de 2023



**Assinado Eletronicamente**

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

ALEXANDRE COSTA DE OLIVEIRA  
Mat. 552  
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Em, 30 de Outubro de 2023



**Assinado Eletronicamente**

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

ALICIO CALDAS DA SILVA  
Mat. 489  
COORDENADOR DA COORDENADORIA  
ESPECIALIZADA DE CONTROLE  
EXTERNO 3



GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Ata de Realização do Pregão Eletrônico  
Nº 00509/2023

Às 10:00 horas do dia 15 de dezembro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº N.º 186/SUPEL-C de 22/12/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 0029028270202361, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00509/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Agenciamento de Passagens Terrestres Intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1**  
**Descrição:** Prestação de serviços de agenciamento de viagens  
**Descrição Complementar:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.  
**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada  
**Quantidade:** 33.501  
**Valor Estimado:** R\$ 335,0100  
**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não  
**Intervalo mínimo entre lances:** 2,00 %

**Unidade de fornecimento:** UNIDADE  
**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso  
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

Aceito para: INOVVE TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 0,0100 e com valor negociado a R\$ 0,0001 .

Histórico

Item: 1 - Prestação de serviços de agenciamento de viagens

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
10.886.827/0001-06	RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	33.501	R\$ 0,0001	R\$ 3,3501	04/12/2023 10:47:25
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
45.339.142/0001-16	INOVVE TURISMO LTDA	Sim	Sim	33.501	R\$ 0,0100	R\$ 335,0100	14/12/2023 12:03:20
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	33.501	R\$ 0,0100	R\$ 335,0100	14/12/2023 15:20:41
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
51.005.761/0001-77	51.005.761 EDUARDO NUNES DA COSTA	Sim	Sim	33.501	R\$ 0,0100	R\$ 335,0100	14/12/2023 18:47:13
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 335,0100	45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 335,0100	08.808.153/0001-71	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 335,0100	51.005.761/0001-77	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 3,3501	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 0,0100	45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:20:12:093
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:20:32:377
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:21:23:210
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:21:53:880
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:22:41:593
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:33:07:333

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Abertura	15/12/2023 10:20:05	Item aberto para lances.
Exclusão de lance	15/12/2023 10:20:58	Item com lance no valor de R\$ 0,0001 excluído pelo pregoeiro.
Exclusão de lance	15/12/2023 10:21:28	Item com lance no valor de R\$ 0,0001 excluído pelo pregoeiro.
Exclusão de lance	15/12/2023 10:21:58	Item com lance no valor de R\$ 0,0001 excluído pelo pregoeiro.
Exclusão de lance	15/12/2023 10:22:47	Item com lance no valor de R\$ 0,0001 excluído pelo pregoeiro.
Encerramento sem prorrogação	15/12/2023 10:30:06	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Reinício etapa aberta	15/12/2023 10:30:48	Item com reinício da etapa aberta realizado. Justificativa: Oportunizar lances.
Exclusão de lance	15/12/2023 10:33:38	Item com lance no valor de R\$ 0,0001 excluído pelo pregoeiro.
Encerramento etapa aberta	15/12/2023 10:40:49	Item com etapa aberta encerrada.

Sorteio eletrônico	15/12/2023 10:40:49	Item teve empate real para o valor 335,0100. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
Encerramento	15/12/2023 10:40:49	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	15/12/2023 11:00:42	Convocado para envio de anexo o fornecedor INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 45.339.142/0001-16.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	15/12/2023 11:06:25	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 45.339.142/0001-16.
Aceite de proposta	15/12/2023 11:22:33	Aceite individual da proposta. Fornecedor: INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 45.339.142/0001-16, pelo melhor lance de R\$ 0,0100 e com valor negociado a R\$ 0,0001. Motivo: Tendo em vista que o ComprasGov NÃO PERMITE Valor Negociado igual a 0 (zero). Estarei inserindo no sistema (para fins de negociação e aceitação) o valor de R\$ 0,0001. E que,conforme subitem 10.1.2, será considerado R\$ 0,00.
Habilitação de fornecedor	15/12/2023 12:36:40	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: INOVVE TURISMO LTDA - CNPJ/CPF: 45.339.142/0001-16
Registro de intenção de recurso	15/12/2023 12:40:13	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ/CPF: 10886827000106. Motivo: A empresa manifesta a intenção de interpor recurso em face da decisão que determinou a exclusão dos seus lances no presente certame. Fundamenta-se tal recurso na divergência de i
Aceite de intenção de recurso	15/12/2023 13:03:35	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 10886827000106. Motivo: A Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso impetrada pela licitante, eis que neste momento está garantindo seu direito a manifestação de recurso, conforme legislação.

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
10.886.827/0001-06	15/12/2023 12:40	15/12/2023 13:03	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> A empresa manifesta a intenção de interpor recurso em face da decisão que determinou a exclusão dos seus lances no presente certame. Fundamenta-se tal recurso na divergência de interpretação entre o entendimento da empresa e as diretrizes expressas no chat e nos avisos do processo licitatório em questão. Adicionalmente, ressalta-se que a empresa já presta serviços às entidades SEDUC, SEJUCEL, SUGESP e SESAU, comprovando a adequação e a viabilidade do valor ofertado nos lances que foram objeto.			
<b>Motivo Aceite ou Recusa:</b> A Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso impetrada pela licitante, eis que neste momento está garantindo seu direito a manifestação de recurso, conforme legislação.			

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	15/12/2023 10:00:05	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	15/12/2023 10:01:42	Senhores licitantes, bom dia!
Pregoeiro	15/12/2023 10:01:47	Conforme determinado daremos início ao nosso certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico número 509/2023/SUPEL/RO.
Pregoeiro	15/12/2023 10:01:52	Em nome do Governo do Estado de Rondônia, gostaria desde já, agradecer pela participação.
Pregoeiro	15/12/2023 10:02:39	Para melhor desempenho do certame, peço que por gentileza leiam todas as mensagens postadas com atenção, evitando assim transtornos e prejuízos futuros para ambas as partes (licitante e administração).
Pregoeiro	15/12/2023 10:02:51	Solicitamos que os licitantes participantes estejam conectados ao sistema até que seja emitida mensagem de suspensão e que respondam ao chat quando forem convocadas.
Pregoeiro	15/12/2023 10:03:01	Não haverá pausa para o almoço. Lembramos que Rondônia apresenta uma hora a menos que Brasília e o expediente do órgão gerenciador da licitação vai até às 14h30min (horário de Brasília).
Pregoeiro	15/12/2023 10:03:17	FRISAMOS que Avisos, questionamentos e esclarecimentos em relação à presente licitação foram disponibilizados para consulta dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal – ComprasGov e no site desta SUPEL/ RO, pelo que entendemos ser do conhecimento de todos.
Pregoeiro	15/12/2023 10:03:43	Assim, alegações de desconhecimento das regras estabelecidas quanto as condições constantes do edital e seus anexos não serão aceitas posteriormente.
Pregoeiro	15/12/2023 10:03:49	ATENÇÃO!!!!
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:06	Conforme Exame de Esclarecimento, divulgado no site desta SUPEL e no Campo de Avisos de ComprasGov, INFORMO que:
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:16	Considerando o subitem 9.5 do Edital do pregão em comento, bem como a configuração do objeto em questão - serviços de agenciamento, NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais.
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:26	"9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR ITEM ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA."
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:34	Tendo em vista o regramento do Edital, esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01, uma vez que pós fase de lances, haverá a negociação para tal fim, sendo o valor ajustado conforme subitem 10.1.2 do Edital.
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:43	Desta forma, registro que as empresas deverão ter atenção as regras estabelecidas no Edital, tanto no cadastro de sua proposta inicial no sistema, quanto nas fases de lances e aceitação, pois aquelas que apresentarem valores com quatro casas decimais:
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:49	1) Na fase de lances, terão seus lances recusados. 2) Na fase de aceitação, serão desclassificadas.
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:55	Assim, ATENÇÃO ao ofertarem seus lances!
Pregoeiro	15/12/2023 10:05:00	Boa disputa!
Pregoeiro	15/12/2023 10:19:38	ALERTO que NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais
Sistema	15/12/2023 10:20:05	Etapas de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	15/12/2023 10:20:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	15/12/2023 10:20:58	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.
Sistema	15/12/2023 10:21:28	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.
Pregoeiro	15/12/2023 10:21:56	Excluímos o lance de R\$0,0001, visto que o Edital VEDA lances com mais de duas casas decimais.
Sistema	15/12/2023 10:21:58	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.
Pregoeiro	15/12/2023 10:22:14	Esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01
Pregoeiro	15/12/2023 10:22:23	Fiquem atentos!
Sistema	15/12/2023 10:22:47	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.
Pregoeiro	15/12/2023 10:23:16	Senhores, os lances com mais de duas casas decimais NÃO serão aceitos (R\$ 0,0001)
Pregoeiro	15/12/2023 10:25:07	Caso, permaneçam na insistência, visto que já houve exclusão de lances nessa configuração (0,0001), poderá ter a proposta desclassificada pós fase de lance.
Pregoeiro	15/12/2023 10:25:28	Então, ATENÇÃO!
Pregoeiro	15/12/2023 10:26:39	ALERTO!!!!!! Para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01.
Pregoeiro	15/12/2023 10:28:13	Solicito que ofertem seus lances!
Sistema	15/12/2023 10:30:06	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	15/12/2023 10:30:48	A etapa aberta do item 1 foi reiniciada. Justificativa: Oportunizar lances. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	15/12/2023 10:31:33	Para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total e final no valor de R\$ 0,01.
Pregoeiro	15/12/2023 10:31:54	A etapa de lances foi reiniciada!
Sistema	15/12/2023 10:33:38	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

Pregoeiro	15/12/2023 10:34:13	Temos empresas que ainda estão ofertando lance em desacordo com a regra do Edital, vamos ficar atentos!
Pregoeiro	15/12/2023 10:34:42	NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais, ou seja, lances como R\$ 0,0001 serão recusados!
Pregoeiro	15/12/2023 10:35:17	REPITO: Para aqueles que desejam ofertar valores zerados, podem ofertar lance total e final no valor de R\$ 0,01.
Sistema	15/12/2023 10:40:49	O item 1 teve empate real para o valor 335,0100. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	15/12/2023 10:40:49	O item 1 está encerrado.
Sistema	15/12/2023 10:40:52	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	15/12/2023 10:41:26	Fase de lances encerrada!
Pregoeiro	15/12/2023 10:48:18	Para INOVVE TURISMO LTDA - Senhor licitante, bom dia!
Pregoeiro	15/12/2023 10:49:32	Para INOVVE TURISMO LTDA - Vossa empresa sagrou-se como primeira classificada pós fase de lances.
Pregoeiro	15/12/2023 10:50:35	Para INOVVE TURISMO LTDA - O objeto em comento é: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de passagens terrestres intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.
45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:51:35	Bom dia Prezados
Pregoeiro	15/12/2023 10:51:55	Para INOVVE TURISMO LTDA - Considernado que a prestação desse serviço é no Estado de Rondônia, sendo vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto, questiono:
Pregoeiro	15/12/2023 10:52:58	Para INOVVE TURISMO LTDA - Vossa empresa está ciente das regras do Edital quanto a execução do objeto, perfeito cumprimento das cláusulas contratuais?
45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:56:15	ciente
Pregoeiro	15/12/2023 10:56:41	Para INOVVE TURISMO LTDA - Favor manifestar-se.
Pregoeiro	15/12/2023 10:57:10	Para INOVVE TURISMO LTDA - Em análise à vossa proposta anexada no sistema (anterior a fase de lances) observamos que o valor total de sua proposta é R\$ 3.562.161,33.
Pregoeiro	15/12/2023 10:57:33	Para INOVVE TURISMO LTDA - Contudo, como esclarecido através de exame devidamente divulgado, o valor TOTAL estimado para este certame foi de R\$ 335,01, para o quantitativo de 33.501 serviços de agenciamento, com valor UNITÁRIO estimado em R\$ 0,01 por serviço, conforme Quadro Estimativo.
45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:58:09	Correto, apresentamos agenciamento inicial de 0,01
Pregoeiro	15/12/2023 10:58:44	Para INOVVE TURISMO LTDA - Pós fase de lances, vossa empresa ofertou o valor total de R\$ 0,01, sendo o valor unitário do serviço de agenciamento de R\$ 0,00 .
45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:58:51	o unitario 0,01
45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:59:13	correto a atual taxa apresentada é 0,00
Pregoeiro	15/12/2023 10:59:44	Para INOVVE TURISMO LTDA - Assim, considerando o item 10.1.2 do Edital - no que se refere a negociação e aceitação, vossa empresa confirma que não haverá remuneração para o serviço de agenciamento?
Pregoeiro	15/12/2023 11:00:00	Para INOVVE TURISMO LTDA - Ciente.
Pregoeiro	15/12/2023 11:00:34	Para INOVVE TURISMO LTDA - Irei convocar vossa empresa para envio da proposta ajustada, para fins de registro nos autos.
45.339.142/0001-16	15/12/2023 11:00:37	Confirmamos
Sistema	15/12/2023 11:00:42	Senhor fornecedor INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 45.339.142/0001-16, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	15/12/2023 11:01:46	Para INOVVE TURISMO LTDA - Prazo de 120 minutos para envio do anexo
Sistema	15/12/2023 11:06:25	Senhor Pregoeiro, o fornecedor INOVVE TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 45.339.142/0001-16, enviou o anexo para o ítem 1.
45.339.142/0001-16	15/12/2023 11:06:45	Anexo proposta
Pregoeiro	15/12/2023 11:09:06	Para INOVVE TURISMO LTDA - Prezado (a), consta em sua proposta o valor VALOR UNITÁRIO MÉDIO ESTIMADO R\$ 106,32.
Pregoeiro	15/12/2023 11:09:39	Para INOVVE TURISMO LTDA - De que se trata tal valor? Qual sua referência?
45.339.142/0001-16	15/12/2023 11:10:16	essa planilha esta no edital, como estimado do bilhete
45.339.142/0001-16	15/12/2023 11:10:32	podemos excluir a coluna
45.339.142/0001-16	15/12/2023 11:11:41	Pag 29, TERMO DE REFERÊNCIA
Pregoeiro	15/12/2023 11:13:50	Para INOVVE TURISMO LTDA - Sim, fiz o questionameto apenas para não haver dúvidas quanto ao valor total do agenciamento ofertado, qual seja (R\$0,01) e negociado ao valor de R\$ 0,00).
45.339.142/0001-16	15/12/2023 11:15:20	Entendemos, obrigada pelo esclarecimento
Pregoeiro	15/12/2023 11:18:02	Senhores (as), a proposta da licitante INOVVE TURISMO LTDA, tendo em vista que atendeu as exigências do Edital.
Pregoeiro	15/12/2023 11:22:20	Tendo em vista que o ComprasGov NÃO PERMITE Valor Negociado igual a 0 (zero). Estarei inserindo no sistema (para fins de negociação e aceitação) o valor de R\$ 0,0001. E que,conforme subitem 10.1.2, será considerado R\$ 0,00.
Pregoeiro	15/12/2023 11:23:52	Estou em análise dos documentos de habilitação apresentados pela licitante INOVVE TURISMO LTDA. Retorno a sessão com o resultado desta análise às 12:00 de hoje, 15/12/2023.
Pregoeiro	15/12/2023 11:24:15	Horário de referência: Brasília - DF.
Pregoeiro	15/12/2023 12:05:29	Senhores (as), retornamos a sessão do PE 509/2023.
Pregoeiro	15/12/2023 12:10:09	Após análise dos documentos de habilitação da licitante INOVVE TURISMO LTDA, informo que a mesma está HABILITADA, tendo em vista que atedeu as exigências do Edital.
Pregoeiro	15/12/2023 12:11:56	Registro que a certidão negativa de recuperação judicial, tanto a encaminhada no sistema quanto a constante do cadastro do SICAF, foi devidamente diligenciada no site do TJ/ SC, estando válida. Os interessados poderão solicitar cópia através do e-mail: supel.omega@gmail.com
Pregoeiro	15/12/2023 12:12:55	Senhores licitantes, alguma empresa que tenha ficado em segundo lugar ou demais colocações têm interesse de ser incluído na Ata de Registro de Preços como RESERVA, aceitando fornecer o serviço de agenciamento no preço IGUAL ao ofertado pelo vencedor?
Pregoeiro	15/12/2023 12:13:39	Estarei disponibilizando o prazo de 20 (vinte) minutos para envio de manifestação informando que deseja ser cadastrado como reserva no certame. Tal manifestação deverá ser enviada para o e-mail desta equipe: supel.omega@gmail.com
Pregoeiro	15/12/2023 12:13:51	A manifestação quanto ao interesse em participar do cadastro reserva deverá ser encaminhada via e-mail: supel.omega@gmail.com
Pregoeiro	15/12/2023 12:35:21	Senhores(as), encerrado o prazo para manifestação de interesse em participar do cadastro reserva, iformo que a empresa RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, foi a única a manifestar interesse.
Pregoeiro	15/12/2023 12:36:29	Neste momento, visto a declaração de vencedor, irei abrir campo para manifestação de INTENSÃO DE RECURSO.
Sistema	15/12/2023 12:36:41	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	15/12/2023 12:36:58	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 15/12/2023 às 12:58:00.
Pregoeiro	15/12/2023 12:37:29	Fica aberta a fase de interposição de intenção de recurso administrativo, devendo a manifestação ser fundamentada e efetuada em campo próprio do sistema.
Pregoeiro	15/12/2023 13:03:24	Senhores licitantes, informo que houve intenção de recurso.
Pregoeiro	15/12/2023 13:03:30	A Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso impetrada pela licitante, eis que neste momento está garantindo seu direito a manifestação de recurso, conforme legislação.
Pregoeiro	15/12/2023 13:03:52	Cumprindo o disposto no inciso XVIII do art. 4º da Lei Nº10.520/2002 será concedido prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do termino do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
Pregoeiro	15/12/2023 13:04:01	Nada mais havendo a ser tratado dou por encerrada a sessão, e em nome do Estado de Rondônia, agradeço a todos pela participação.

## Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	13/12/2023 14:24:06	
Alteração equipe	13/12/2023 14:24:10	
Abertura da sessão pública	15/12/2023 10:00:05	Abertura da sessão pública

Encerramento da análise de propostas	15/12/2023 10:20:05	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	15/12/2023 10:40:52	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	15/12/2023 12:36:41	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	15/12/2023 12:36:58	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 15/12/2023 às 12:58:00.

Data limite para registro de recurso: 20/12/2023.  
Data limite para registro de contrarrazão: 26/12/2023.  
Data limite para registro de decisão: 05/01/2024.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 13:05 horas do dia 15 de dezembro de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MARIA DO CARMO DO PRADO  
**Pregoeiro Oficial**

MAIZA BRAGA BARBETO  
**Equipe de Apoio**

 Imprimir o  
**Relatório**

Voltar







GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
**TERMO**

**TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Pregão Eletrônico nº 509/2023/SUPEL/RO**

Processo Administrativo: 0029.028270/2023-61

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Agenciamento de Passagens Terrestres Intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia.

Recorrente: RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ: 10.886.827/0001-06)

Recorrida: INOVVE TURISMO LTDA (CNPJ: 45.339.142/0001-16)

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira, designada por meio da Portaria nº 73/GAB/SUPEL/2023 publicada no DOE do dia 19 de julho 2023, em atenção a INTENÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

**I. DA ADMISSIBILIDADE**

A Recorrente manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, alegando que:

*"A empresa manifesta a intenção de interpor recurso em face da decisão que determinou a exclusão dos seus lances no presente certame. Fundamenta-se tal recurso na divergência de interpretação entre o entendimento da empresa e as diretrizes expressas no chat e nos avisos do processo licitatório em questão. Adicionalmente, ressalta-se que a empresa já presta serviços às entidades SEDUC, SEJUCEL, SUGESP e SESAU, comprovando a adequação e a viabilidade do valor ofertado nos lances que foram objeto."*

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 44 do Decreto Estadual nº 26.182/ 2021, a Pregoeira recebe e conhece a intenção interposta, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

**II. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E SUAS RAZÕES**

Considerando que a atividade da pregoeira quanto à análise da intenção do recurso manifestada na sessão do pregão deve se restringir à verificação da existência dos pressupostos recursais, a saber, a sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, bem como Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 44, esta Pregoeira acolheu a manifestação da licitante RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, possibilitando a mesma a apresentação da peça recursal, eis que, no caso em tela, estão presentes os pressupostos recursais.

**III. DAS RAZÕES RECURSAIS**

*"(...)"*

*Este documento consiste em um Recurso Administrativo, em decorrência de uma decisão proferida pela Pregoeira, que levou à exclusão de lances no item 1 do referido certame. De maneira resumida, a decisão baseou-se no critério de que não seriam aceitos lances contendo mais de duas casas decimais, o que, em teoria, impossibilitaria a disputa, dado que o pregão já se iniciara com o valor mínimo de R\$ 0,01, e o intervalo de lances de uma empresa para outra é de no mínimo 2%, resultando na habilitação da empresa INOVVE TURISMO LTDA.*

*Contudo, e com o devido respeito à competência da Sra. Pregoeira, é imprescindível salientar que a exclusão das propostas apresentadas pela Recorrente, assim como a habilitação da empresa declarada vencedora, constituem equívocos. Tais aspectos são detalhados nas linhas seguintes, fundamentando o pedido de revisão e reforma da decisão impugnada, visando ao acolhimento deste recurso e à devida correção dos procedimentos adotados no certame.*

**2 - DA TAXA DE AGENCIAMENTO**

*No presente certame, estabeleceu-se a taxa de agenciamento como modalidade de remuneração para as empresas encarregadas de prestar serviços à Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Segundo o edital e evidenciado por pesquisas no banco de preços, a taxa de agenciamento usual em diversos certames é de R\$ 0,01. É crucial esclarecer que este valor não se aplica a cada bilhete emitido, mas sim ao conjunto completo dos serviços prestados, levando à conclusão de que, atualmente, a taxa efetiva para tais serviços é nula.*

*A aparência do valor de R\$ 0,01 no sistema é uma mera formalidade técnica, pois o sistema do comprasnet não permite a inserção de valores zerados. Esta Recorrente, que já presta serviços à SEDUC há anos, bem como a outras instituições estaduais e prefeituras do Estado de Rondônia, tem historicamente adotado a taxa de agenciamento de R\$ 0,00, fato comprovado pelos atestados de capacidade técnica anexados à documentação de habilitação.*

*Portanto, é imperativo afirmar, com toda veemência, que alegações de inexistência associadas à taxa de agenciamento de R\$ 0,00 não se sustentam. Tais argumentos desconsideram a prática mercadológica estabelecida e a experiência comprovada desta Recorrente em fornecer tais serviços sob as mesmas condições financeiras.*

**3 - DOS LANCES**

*Consoante as disposições do edital, o critério de seleção para o certame em tela era o do MENOR PREÇO POR ITEM, e estabelecia-se que não seriam aceitos lances com mais de duas casas decimais. No entanto, esta norma, respeitosamente, não deveria servir de fundamento para a exclusão de lances em um processo licitatório de tamanha relevância. De acordo com o item 9.5 do edital, a restrição a lances com mais de duas casas decimais visava apenas a informar aos licitantes que valores além das duas casas seriam descartados, prevalecendo, para fins de avaliação, somente o montante expresso nas duas primeiras casas decimais. Assim, um lance de R\$ 0,0001, como os apresentados pela Recorrente e indevidamente excluídos, deveria ter sido considerado como R\$ 0,00, em conformidade com o edital.*

*Este entendimento encontra respaldo adicional no item 10.1.2 do edital, que parece permitir exatamente tal procedimento. Curiosamente, a Pregoeira aplicou esse raciocínio ao lance da empresa declarada vencedora, cujo VALOR TOTAL foi de R\$ 0,01. Dividindo este valor pelo número estimado de bilhetes, 33.501, chega-se a um VALOR UNITÁRIO com inúmeras casas decimais, que foi, no entanto, arredondado para R\$ 0,00.*

*Durante a disputa, a Pregoeira indicou que os participantes interessados em apresentar propostas com valores zerados deveriam ofertar lances com um valor total e final de R\$ 0,01. Contudo, tal instrução entra em conflito direto com a própria normativa do certame, que estabelece um intervalo mínimo de lances de 2%. Neste contexto, as demais concorrentes ficaram impossibilitadas de enviar lances equivalentes a R\$ 0,01, o que lhes retirou a oportunidade de competir em um possível desempate por meio de sorteio. Essa restrição resultou em uma licitação que, desde o início, parecia ter um vencedor pré-determinado pelo critério adotado de limitação no envio de lances com mais de duas casas decimais.*

Diante deste cenário, a exclusão dos lances apresentados pela Recorrente constitui uma violação flagrante aos princípios de isonomia, igualdade e da competitividade, pilares fundamentais do processo licitatório. Portanto, é imprescindível a revisão dos atos praticados neste pregão, visando à anulação de todos os seus procedimentos e à garantia de uma disputa justa e equânime.

#### 4 - DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

(...)

#### 5 - DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório.

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

(...)

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo.

#### 6 - DA QUEBRA DA ISONOMIA

A prática de excluir lances de forma reiterada, sem a devida fundamentação ou qualquer demonstração de razoabilidade, constitui uma violação ao princípio da isonomia. Tal ato administrativo resulta na concessão de um tratamento desigual e discriminatório, prejudicando o recorrente sem qualquer respaldo legal. O princípio da isonomia, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro, exige que os participantes de um processo licitatório sejam tratados com igualdade de condições, sem favoritismos ou discriminações infundadas. A ação de excluir lances sem justificativa válida e legal contraria esse princípio, comprometendo a integridade e a legalidade do processo licitatório, conforme preceituado pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.666/93.

(...)

Diante do exposto, impõe-se como única solução plausível para o presente caso a revisão do ato administrativo impugnado. Deve-se considerar, primordialmente, a anulação do certame em virtude dos vícios insanáveis que o maculam. Na ausência de tal entendimento, outra alternativa viável seria o reconhecimento de que a Recorrente apresentou lances mais vantajosos, devendo, portanto, ser habilitada no certame. Tal reconhecimento decorreria do cumprimento integral pela Recorrente de todos os requisitos estipulados no edital.

Esta medida não apenas corrigiria as falhas processuais identificadas, mas também asseguraria a observância dos princípios de legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade, todos fundamentais à administração pública e ao devido processo legal em procedimentos licitatórios, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.666/93.

#### 7 - DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO - RAZOABILIDADE NAS REGRAS DO EDITAL - EXCESSO DE FORMALISMO

(...)

ISTO POSTO, diante da plena comprovação de atendimento ao edital, REQUER, o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo;

1 - Requer que seja declarado a Recorrente como vencedora do certame em virtude de ter ofertado o melhor lance no certame, porém excluídos indevidamente;

2 - Na hipótese de não se optar pela anulação do certame, solicita-se a designação de uma nova data para a realização de uma disputa legítima em lances;

3 - Ao final, requer-se o julgamento integralmente favorável ao presente recurso, com o objetivo de revisar e anular a decisão que excluiu os lances da Recorrente, declarando a nulidade de todos os atos subsequentes e, por consequência, a anulação do pregão, devido à presença de vícios insuperáveis.

4 - Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado.

(...)"

## IV. DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

"(..."

#### 2.1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

De forma bastante objetiva, o edital previa em seu item 10.1.2 o que segue:

"10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR ITEM ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos lances

em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

10.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade

dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas)

casas decimais;"

Todavia, em total descumprimento a exigência editalícia, a RECORRENTE apresentou sua proposta com mais de duas casas decimais, o que ensejaria por si só a sua desclassificação do certame.

Contudo, como se isso não bastasse, a Digníssima Pregoeira, em respeito aos princípios licitatórios assim ALERTOU OS PARTICIPANTES DO CERTAME:

"Pregoeiro - 15/12/202310:04:16 - Considerando o subitem 9.5 do Edital do pregão em comento, bem como a configuração do objeto em questão - serviços de agenciamento, NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais.

Pregoeiro - 15/12/202310:04:26 - "9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENORPREÇO POR ITEM ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA."

Pregoeiro - 15/12/202310:04:34 - Tendo em vista o regramento do Edital, esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01, uma vez que pós fase de lances, haverá a negociação para tal fim, sendo o valor ajustado conforme subitem 10.1.2 do Edital.

Pregoeiro - 15/12/202310:04:43 - Desta forma, registro que as empresas deverão ter atenção as regras estabelecidas no Edital, tanto no cadastro de sua proposta inicial no sistema, quanto nas fases de lances e aceitação, pois aquelas que apresentarem valores com quatro casas decimais:

Pregoeiro - 15/12/202310:04:49 - 1) Na fase de lances, terão seus lances recusados. 2) Na fase de aceitação, serão desclassificadas.

Pregoeiro - 15/12/202310:04:55 - Assim, ATENÇÃO ao ofertarem seus lances!

Pregoeiro - 15/12/202310:05:00 - Boa disputa!"

Observando a inércia da Recorrente em alterar a sua proposta, a d. Pregoeira alertou e oportunizou as licitantes NOVAMENTE, entre elas a Recorrente, a ajustarem as suas propostas de modo a atender as exigências expressamente previstas no Edital:

"Pregoeiro - 15/12/202310:19:38 - ALERTO que NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais

Sistema - 15/12/202310:20:05 - Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.

Sistema - 15/12/202310:20:05 - O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.

Sistema - 15/12/202310:20:58 - O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

Sistema - 15/12/202310:21:28 - O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

Pregoeiro - 15/12/202310:21:56 - Excluímos o lance de R\$0,0001, visto que o Edital VEDA lances com mais de duas casas decimais.

Sistema - 15/12/202310:21:58 - O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

Pregoeiro - 15/12/202310:22:14 - Esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01

Pregoeiro - 15/12/202310:22:23 - Fiquem atentos!

Sistema - 15/12/202310:22:47 - O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

Pregoeiro - 15/12/202310:23:16 - Senhores, os lances com mais de duas casas decimais NÃO serão aceitos (R\$ 0,0001)"

E, COMO SE TODOS ESSES ALERTAS NÃO BASTASSEM, a Digníssima Pregoeira ainda fez um último alerta oportunizando a todas as licitantes, DENTRE ELAS A RECORRENTE, quanto a necessidade de ajustarem a sua proposta para prosseguirem na disputa, nos termos que seguem:

"Pregoeiro - 15/12/202310:25:07 - Caso, permaneçam na insistência, visto que já houve exclusão de lances nessa configuração (0,0001), poderá ter a proposta desclassificada pós fase de lance.

Pregoeiro - 15/12/202310:25:28 - Então, ATENÇÃO!

Pregoeiro - 15/12/202310:26:39 - ALERTO!!!!!! Para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01.

Pregoeiro - 15/12/202310:28:13 - Solicito que ofertem seus lances!

Sistema - 15/12/202310:30:06 - O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.

Sistema - 15/12/202310:30:48 - A etapa aberta do item 1 foi reiniciada. Justificativa: Oportunizar lances. Solicitamos o envio de lances.

Pregoeiro - 15/12/202310:31:33 - Para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total e final no valor de R\$ 0,01."

Portanto, observa-se que além de DESRESPEITAR o edital, a RECORRENTE DESRESPEITO também as diversas convocações realizadas pela pregoeira e agora busca TUMULTUAR o certame com vistas buscar, de forma ilegítima, a sua nulidade.

No caso em apreço, de forma elogiável, a pregoeira atento às regras editalícia solicitou à Recorrida EM TRÊS OPORTUNIDADES a correção do ERRO por meio novo envio da proposta reajustada, a qual não foi atendida, sendo desnecessárias maiores digressões sobre o assunto.

Nessa lógica, tem-se como claro o dever de DESCLASSIFICAR a Recorrente pelo não atendimento de algo que foi exigido no edital e reiteradamente solicitado pela Pregoeira, configurando-se como claro desrespeito ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório a sua manutenção no certame.

Pois, conforme descrito anteriormente, a Recorrente descumpriu de forma clara os itens do edital, uma vez que apresentou proposta com mais de duas casas decimais. Nesse sentido, destaca-se que a licitação possui como objetivo a contratação mais vantajosa, que não necessariamente é mais barata, mas àquela que atende melhor as necessidades da administração, proporcionando a segurança que a complexidade da licitação necessita no menor valor.

Assim, o atendimento às normas edilícias não se faz só por mero formalismo, mas, repete-se, no sentido de escolha da proposta mais vantajosa, dentre aquelas apresentadas e que preencham os requisitos necessários para dar segurança à administração.

De Mello assim coloca sobre o assunto:

"[...] um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessárias ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir". (DE MELLO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 30ª Ed São Paulo: Malheiros, 2013). Grifo nosso.

Portanto, a licitação não visa a contratação de qualquer empresa que ofereça o menor valor, mas a empresa que ofereça o serviço/produto que atenda ao interesse público no menor valor, atendendo sempre ao princípio da isonomia, entendendo-se essa como sendo aquelas que atendam as exigências do instrumento convocatório.

Nesse contexto, presume-se que para o atendimento das necessidades da administração licitante, todas as empresas participantes do certame tinham a obrigação de ler e examinar de forma criteriosa todas as exigências constantes no edital e em seus anexos, de acordo com o que assevera de forma reiterada o próprio edital.

sContudo, a Recorrente não demonstrou o necessário atendimento aos itens do Edital, constituindo-se numa justa causa de desclassificação.

Portanto, o descumprimento das regras editalícias não poderia proporcionar outro resultado que não fosse a desclassificação da Recorrente, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme leciona Di Pietro sobre o tema:

"[...] o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato". (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª Edição – São Paulo: Atlas, 2013). (Grifo nosso)

Ademais, ainda Di Pietro (2013), ao tratar do princípio da vinculação, assevera que este é essencial e sua inobservância enseja nulidade do procedimento, fazendo referência aos artigos 3º e 41 da Lei de Licitações, ressaltando que "a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao que se acha estritamente vinculada":

Quando a administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que a desrespeitou. (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª Edição – São Paulo: Atlas, 2013). (Grifo Nosso).

(...)"

## V. DA ANÁLISE:

### Não ASSISTE razão a Recorrente pelos motivos abaixo descritos:

A Recorrente inicia sua peça recursal discorrendo acerca da taxa de agenciamento, onde o Edital trouxe, por pesquisas no banco de preços, a taxa de agenciamento usual em diversos certames, qual seja, R\$ 0,01.

Discorre ainda esclarecendo que "o valor não se aplica a cada bilhete emitido, mas sim ao conjunto completo dos serviços prestados, levando à conclusão de que, atualmente, a taxa efetiva para tais serviços é nula."

Coloca muito bem em seu recurso que:

"A aparência do valor de R\$ 0,01 no sistema é uma mera formalidade técnica, pois o sistema do comprasnet não permite a inserção de valores zerados. Esta Recorrente, que já presta serviços à SEDUC há anos, bem como a outras instituições estaduais e prefeituras do Estado de Rondônia, tem historicamente adotado a taxa de agenciamento de R\$ 0,00, fato comprovado pelos atestados de capacidade técnica anexados à documentação de habilitação."

Resumidamente o teor do recurso impetrado é em decorrência da exclusão de lances da Recorrente (ato realizado por esta Pregoeira).

Alega a Recorrente que houve o descumprimento do Edital, pois:

"De acordo com o item 9.5 do edital, a restrição a lances com mais de duas casas decimais visava apenas a informar aos licitantes que valores além das duas casas seriam descartados, prevalecendo, para fins de avaliação, somente o montante expresso nas duas primeiras casas decimais. Assim, um lance de R\$ 0,0001, como os apresentados pela Recorrente e indevidamente excluídos, deveria ter sido considerado como R\$ 0,00, em conformidade com o edital.

Este entendimento encontra respaldo adicional no item 10.1.2 do edital, que parece permitir exatamente tal procedimento. Curiosamente, a Pregoeira aplicou esse raciocínio ao lance da empresa declarada vencedora, cujo VALOR TOTAL foi de R\$ 0,01. Dividindo este valor pelo número estimado de bilhetes, 33.501, chega-se a um VALOR UNITÁRIO com inúmeras casas decimais, que foi, no entanto, arredondado para R\$ 0,00.

Durante a disputa, a Pregoeira indicou que os participantes interessados em apresentar propostas com valores zerados deveriam ofertar lances com um valor total e final de R\$ 0,01. Contudo, tal instrução entra em conflito direto com a própria normativa do certame, que estabelece um intervalo mínimo de lances de 2%. Neste contexto, as demais concorrentes ficaram impossibilitadas de enviar lances equivalentes a R\$ 0,01, o que lhes retirou a oportunidade de competir em um possível desempate por meio de sorteio. Essa restrição resultou em uma licitação que, desde o início, parecia ter um vencedor pré-determinado pelo critério adotado de limitação no envio de lances com mais de duas casas decimais."

Primeiramente, informo que participaram deste certame o quantitativo de 04 (quatro) empresas, conforme propostas iniciais cadastradas no sistema ComprasGov (Comprasnet). Tais propostas, ao abrir a sessão do certame no sistema, automaticamente, são consideradas como primeiro lance - são as propostas com horário de registro até 10:00:05:053 (vide figura abaixo).

Observa-se que três empresas iniciaram suas ofertas com o valor de R\$ 335,01 (valor estimado da licitação) e a Recorrente (CNPJ: 10.886.827/0001-06) cadastrou sua proposta com o valor de R\$ 3,3501.

Pois bem!

A essência do contexto trazido no recurso orbita no fato da exclusão de lances da Recorrente e o possível conflito com normativa do certame - subitem 9.8. do Edital.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

a) 2% (dois por cento) quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

Alega a licitante que "Durante a disputa, a Pregoeira indicou que os participantes interessados em apresentar propostas com valores zerados deveriam ofertar lances com um valor total e final de R\$ 0,01. Contudo, tal instrução entra em conflito direto com a própria normativa do certame, que estabelece um intervalo mínimo de lances de 2%. Neste contexto, as demais concorrentes ficaram impossibilitadas de enviar lances equivalentes a R\$ 0,01".

Diferente do alegado pela Recorrente, a instrução indicada no momento da fase de lances NÃO retirou a oportunidade das proponentes de competir em um possível desempate por meio de sorteio eletrônico, ao contrário, oportunizou-se aos licitantes a participação no possível sorteio.

Tal fato pode ser comprovado analisando as propostas inicialmente cadastradas no sistema e os valores ofertados durante a fase de lances, conforme imagem capturada da Ata da sessão do Pregão em comentário 0044508793

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)		
	Valor do Lance	CNPJ/CPF
	R\$ 335,0100	45.339.142/0001-16
	R\$ 335,0100	08.808.153/0001-71
	R\$ 335,0100	51.005.761/0001-77
	R\$ 3,3501	10.886.827/0001-06
	R\$ 0,0100	45.339.142/0001-16
*	R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06
*	R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06
*	R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06
*	R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06
*	R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06
Não existem lances de desempate ME/EPP para o item		
Eventos do Item		

Acredito que houve interpretação equivocada do que é intervalo mínimo de lances. Assim, esclareço que tal regra é advinda do Decreto Federal nº 10.024/2019, sendo regulamentada em nosso Edital (subitem 9.8), onde tal intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, tem incidência tanto na relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Cabe destacar o artigo 31 § 3º do Decreto Federal 10.024/19, que dispõe: "o licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta."

Quanto aos lances intermediários, o artigo 3º, alínea "c" inciso V, determina que são "lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;"

Assim, o lance intermediário é aquele ofertado pelo licitante, que é menor que o seu último lance, mas não chega a cobrir o melhor lance geral. Tem por objetivo fazer com que a empresa continue na disputa, suba a posição na sua classificação dentre as propostas, mesmo que não seja inicialmente detentora do item. Desta forma, quando se tratar de lances intermediários é necessário que o licitante respeite o intervalo mínimo de lances em relação ao seu último lance, independente da melhor oferta. E quando o licitante desejar cobrir a melhor oferta, deverá respeitar o intervalo mínimo de lances disposto em edital e sistema, respeitando a melhor oferta.

Observa-se que somente duas empresas ofertaram lances, a Recorrente e a Recorrida.

Os lances ofertados pela Recorrente (R\$ 0,0001) foram excluídos por cinco (5) vezes, conforme imagem acima indicada com (\*), OPORTUNIZANDO a mesma adequar tanto sua proposta inicial (que já se iniciou com quatro casas decimais) quanto seus lances que não estavam de acordo com o Edital (subitem 9.5)

Apesar do Exame de esclarecimento, devidamente publicado no site desta SUPEL, campo de avisos do sistema gerenciador e e-mail de resposta (SEI ID 0044429997, página 4), bem como dos diversos alertas no início da abertura da sessão e fase de lances, **a Recorrente ignorou todos os avisos de descumprimento das regras do Edital**. Repetiu o mesmo lance com o intuito de sagrar-se vencedora, mesmo "burlando" as regras editalícias. Ainda sim, esta Pregoeira permaneceu excluindo seus lances, oportunizando a mesma a ficar com a segunda colocação, uma vez que, pós fase de lances, caso permanecesse o valor de R\$ 0,0001, cumprindo a regra do Edital, a mesma teria sua proposta recusada, sendo desclassificada.

Pregoeiro	15/12/2023 10:03:49		A
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:06		Conforme Exame de Esclarecimento, divulgado no site do
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:16	Considerando o subitem 9.5 do Edital do pregão em comentário, bem como a configuração do obj	
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:26	"9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR ITEM ofe com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decim	
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:34	Tendo em vista o regramento do Edital, esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valo para tal fim, sendo o valor ajust	
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:43	Desta forma, registro que as empresas deverão ter atenção as regras estabelecidas no Edital, tanto no ci valores com	
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:49		1) Na fase de lances, terão seus lances recus
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:55		Assim, ATENÇÃO
Pregoeiro	15/12/2023 10:05:00		B
Pregoeiro	15/12/2023 10:19:38		ALERTO que NÃO serão aceitos
Sistema	15/12/2023 10:20:05	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura	
Sistema	15/12/2023 10:20:05	O item 1 foi aberto.	
Sistema	15/12/2023 10:20:58	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pi	
Sistema	15/12/2023 10:21:28	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pi	
Pregoeiro	15/12/2023 10:21:56	Excluímos o lance de R\$0,0001, visto que o	
Sistema	15/12/2023 10:21:58	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pi	
Pregoeiro	15/12/2023 10:22:14	Esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofert	
Pregoeiro	15/12/2023 10:22:23		Fiqu
Sistema	15/12/2023 10:22:47	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pi	
Pregoeiro	15/12/2023 10:23:16	Senhores, os lances com mais de duas	
Pregoeiro	15/12/2023 10:25:07	Caso, permaneçam na insistência, visto que já houve exclusão de lances ni	
Pregoeiro	15/12/2023 10:25:28		Entã
Pregoeiro	15/12/2023 10:26:39	ALERTO!!!!!! Para aqueles que por ventura queiram ofert	
Pregoeiro	15/12/2023 10:28:13	Solicito que	
Sistema	15/12/2023 10:30:06	O item 1 está aguardando decisão de reiníc	
Sistema	15/12/2023 10:30:48	A etapa aberta do item 1 foi reiniciada. Justific	
Pregoeiro	15/12/2023 10:31:33	Para aqueles que por ventura queiram ofertar valores	
Pregoeiro	15/12/2023 10:31:54	A etapa de	
Sistema	15/12/2023 10:33:38	O lance no valor de R\$ 0,0001 do item 1 foi excluído pelo pi	
Pregoeiro	15/12/2023 10:34:13	Temos empresas que ainda estão ofertando lance	
Pregoeiro	15/12/2023 10:34:42	NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas	
Pregoeiro	15/12/2023 10:35:17	REPITO: Para aqueles que desejam ofertar valores z	

Esclareço as fases da licitação são distintas, assim também se divide o(s) Edital(is) desta SUPEL, onde temos no item 9 regramento acerca "DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP E CRITÉRIOS DE DESEMPATE" e no item 10 "DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS".

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

(...)

9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o **MENOR PREÇO POR ITEM** ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

(...)

10. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

10.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;**

10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

(...)"

Se contradiz a recorrente quando no trecho *"De acordo com o item 9.5 do edital, a restrição a lances com mais de duas casas decimais visava apenas a informar aos licitantes que valores além das duas casas seriam descartados, prevalecendo, para fins de avaliação, somente o montante expresso nas duas primeiras casas decimais"* e depois finaliza o parágrafo *"Assim, um lance de R\$ 0,0001, como os apresentados pela Recorrente e indevidamente excluídos, deveria ter sido considerado como R\$ 0,00, em conformidade com o edital."*

**Como pode ter sido indevidamente excluído o lance da Recorrente no valor de R\$ 0,0001**, visto que a própria diz *"De acordo com o item 9.5 do edital, a restrição a lances com mais de duas casas decimais visava apenas a informar aos licitantes que valores além das duas casas seriam descartados"*? O que de fato foi feito!

Digo que houve contradição na fala da Recorrente, pois se observamos o viés da distinção das fases do certame licitatório, principalmente entre o que preceitua os subitens: 9.5. e 10.1.2, visto que, respectivamente, um trata do "valor do lance" enquanto o outro trata "do valor da proposta final" para aceitação (na fase de julgamento), temos que o primeiro reside na etapa competitiva enquanto o segundo subitem no fato de que a negociação - pós fase de lances - será ACEITA *"somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais"*. Exemplificando ocorrências quando da utilização do subitem 10.1.2, supondo que o valor final de lance possuía duas casas decimais, como exigido no subitem 9.5.1, o valor unitário poderá restar com mais de duas casas decimais, quanto da divisão do valor total pelo quantitativo do item. Exemplo: Quantidade a ser adquirida: 8 unidades; Valor total do lance R\$ 15,00; Valor unitário R\$ 1,875.

Assim, a cláusula prevista no subitem 10.1.2 possibilita o ajuste do valor unitário **pós fase de lances** ou negociado, valor esse que será adjudicado, homologado e empenhado.

Fala a Recorrente que: *"A prática de excluir lances de forma reiterada, sem a devida fundamentação ou qualquer demonstração de razoabilidade, constitui uma violação ao princípio da isonomia."*

Quanto ao princípio da ISONOMIA trazido na peça recursal, colacionaremos alguns conceitos doutrinários de contribuição do respeitado e renomado Professor MARÇAL JUSTEM FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª Ed. – São Paulo: Dialética, 2012, pág. 58, 60 e 61, a respeito deste pilar nas licitações públicas:

*"No seu relacionamento com os particulares, a Administração Pública está subordinada constitucionalmente à observância da isonomia...o art. 5º caput e ...determina que as contratações públicas serão promovidas de modo a assegurar a igualdade de condições de todos os concorrentes."*

*"...isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares..."*

*"5) A isonomia, o interesse individual e o interesse coletivo*

*A isonomia afigura-se como um princípio estabelecido em favor do particular interessado em disputar o contrato administrativo. Mas a tutela aos interesses individuais reflete, igualmente, a proteção aos interessados da Administração Pública."*

*"5.2.2) A isonomia ao longo do procedimento licitatório*

*Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os participantes....Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente."*

Isto posto, em nenhum momento esta Pregoeira se distanciou de tal princípio – isonomia, e muito menos da razoabilidade, uma vez que indicou no exame de esclarecimento divulgado no site Supel e ComprasGov 0044484216, bem como na abertura do certame e na fase de lances, que os valores com mais de duas casas decimais seriam recusados, em atendimento ao subitem 9.5 do Edital. Assim, dando chance para aquelas que porventura quisessem "zerar" sua proposta, ofertarem lances no valor de R\$ 0,01, e após o sistema realizaria o sorteio eletrônico (em caso de empate).

Ao excluir o lance da Recorrente, a mesma teve a chance de adequar seu lance as regras do Edital, para assim, empatar com a Recorrida para participação em procedimento posterior - sorteio - a ser realizado pelo sistema gerenciador. Porém, a Recorrente não fez! Ela insistiu em um valor inadequado para a fase de lances.

Considerando as características próprias do mercado referente ao objeto em questão - serviços de agenciamento, observa-se que nem sempre as agências de viagem se remuneram exclusivamente com o valor cobrado dos usuários dos serviços de agenciamento de viagens, como a própria recorrente indica em sua peça recursal. Em muitos casos, a remuneração também é realizada através de bonificação e vantagens financeiras oriundas das empresas que atuam no transporte rodoviário, em virtude do volume de bilhetes emitidos, tornando exequível as propostas muito próximas a zero ou zeradas.

Considerando o regramento do Pregão Eletrônico 509/2023 (Edital e seu exame de esclarecimento) e entendendo que há a possibilidade da remuneração dos fornecedores ser efetuada de diversas maneiras, assim, podendo haver propostas "zeradas", foi entendido que as licitantes que ofertassem lances com mais de duas casas, regra do Edital - item 9.5, teriam seu(s) lance(s) excluído(s), com seus valores finais negociados na fase de aceitação - subitem 10.1.2.

Vale ressaltar que, na configuração dos lances do PE 509/2023, aceitar lances com mais de duas casas decimais, além de ir contra a vinculação do instrumento convocatório, a competitividade restaria prejudicada.

## VI. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 44, após análise dos recursos manifestos, recebidos e conhecidos, com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios que regem o processo licitatório, opino pela sua **IMPROCEDÊNCIA**, mantendo aceita proposta da Recorrida, bem como a mesma habilitada neste certame.

Importante destacar que esta decisão, não vincula a deliberação superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base no que foi carreado a este certame, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise e a conclusão.

Em cumprimento ao § 4º, do art. 109, da Lei de Licitações, submeto a presente decisão à análise do Superintendente Estadual de Compras e Licitações, para manutenção ou reformulação da mesma.

Porto Velho, 26 de dezembro de 2023.

Maria do Carmo do Prado  
Pregoeira SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Pregoeiro(a)**, em 26/12/2023, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044687444** e o código CRC **C397EE98**.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 180/2023/SUPEL-ASTEC

À  
PREGOEIRA

Pregão Eletrônico n. 509/2023/SUPEL

Processo Administrativo: 0029.028270/2023-61

Interessada: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/RO

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Agenciamento de Passagens Terrestres Intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia.

Assunto: Decisão em julgamento de recurso

Vistos, etc.

Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 93.

Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto o *Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Agenciamento de Passagens Terrestres Intermunicipais, compreendendo serviços de: emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento no âmbito do Estado de Rondônia.*

Verifica-se a interposição de recurso por parte da empresa RONDON – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO (Id. 0044728443), em face da decisão da condutora do certame, para o qual houve apresentação de contrarrazões pela empresa INOVVE TURISMO (Id. Sei! 0044728443).

Em análise às razões recursais notamos que a recorrente traz à baila irresignações acerca da exclusão de seus lances no certame.

A Recorrente alega, em suma, que a decisão de exclusão dos seus lances baseou-se no critério de que não seriam aceitos lances contendo mais de duas casas decimais, o que, em teoria, impossibilitaria a disputa, dado que o pregão já se iniciara com o valor mínimo de R\$ 0,01, e o intervalo de lances de uma empresa para outra é de no mínimo 2% (dois por cento), resultando na habilitação da empresa INOVVE TURISMO LTDA.

Inicialmente, é oportuno frisar que a regra relativa ao lance intermediário, determina o respeito ao intervalo mínimo de lances em relação ao último lance ofertado pelo próprio licitante, conforme devidamente esclarecido no temo de análise de recurso id. 0044687444. Assim, inexistente à restrição à competitividade alegada pelo licitante, pelo contrário, tal mecanismo busca fomentar a competitividade no certame.

Ademais, cumpre frisar que o instrumento convocatório (Id. 0043955136) é claro ao prever que somente seriam aceitos lances em moeda corrente nacional, com valores unitários e totais com no máximo 2 (duas) casas decimais, conforme previsão do item 9.5 do edital.

De mesmo modo, crucial a atenção ao exame de esclarecimento 01 (Id. 0044422852), no qual a Pregoeira esclareceu de maneira detalhada que somente seriam aceitas propostas com **no máximo 2 (duas) casas decimais**, bem como, que os licitantes que possuíssem interesse na apresentação de valores zerados, poderiam ofertar lance total no valor de R\$ 0,01, uma vez que pós fase de lances, haveria a negociação para tal fim, sendo o valor ajustado conforme subitem 10.1.2 do Edital, vejamos:

"Considerando que na ação de cadastrar a proposta no sistema gerenciador Comprasnet, o mesmo não permite que o usuário realize o cadastro de itens da licitação com valores unitários e totais zerados.

Considerando o subitem 9.5 do Edital do pregão em comento, bem como a configuração do objeto em questão - serviços de agenciamento, **NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais.**

**"9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR ITEM ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA."**

Tendo em vista o regramento do Edital, esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01, uma vez que pós fase de lances, haverá a negociação para tal fim, sendo o valor ajustado conforme subitem 10.1.2 do Edital.

**"10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte."**

Desta forma, registro que as empresas deverão ter atenção as regras estabelecidas no Edital, tanto no cadastro de sua proposta inicial no sistema, quanto nas fases de lances e aceitação, pois aquelas que apresentarem valores com quatro casas decimais:

1) Na fase de lances, terão seus lances recusados.

2) Na fase de aceitação, serão desclassificadas."

Outrossim, importante pontuar que a Pregoeira reiterou no campo de avisos do sistema a necessidade de cumprimento das regras do item 9.5 do instrumento convocatório, veja-se:

Pregoeiro	15/12/2023 10:04:06	Conforme Exame de Esclarecimento, divulgado no site desta SUPEL e no Campo de Avisos de ComprasGov, INFORMO que:
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:16	Considerando o subitem 9.5 do Edital do pregão em comento, bem como a configuração do objeto em questão - serviços de agenciamento, NÃO serão aceitos lances com mais de duas casas decimais.
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:26	"9.5. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o MENOR PREÇO POR ITEM ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA."
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:34	Tendo em vista o regramento do Edital, esclareço que para aqueles que por ventura queiram ofertar valores zerados, podem ofertar lance total no valor de R\$ 0,01, uma vez que pós fase de lances, haverá a negociação para tal fim, sendo o valor ajustado conforme subitem 10.1.2 do Edital.
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:43	Desta forma, registro que as empresas deverão ter atenção as regras estabelecidas no Edital, tanto no cadastro de sua proposta inicial no sistema, quanto nas fases de lances e aceitação, pois aquelas que apresentarem valores com quatro casas decimais:
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:49	1) Na fase de lances, terão seus lances recusados. 2) Na fase de aceitação, serão desclassificadas.
Pregoeiro	15/12/2023 10:04:55	Assim, ATENÇÃO ao ofertarem seus lances!

Ocorre que, observando as informações contidas no termo de análise de recurso verifica-se que de fato, tanto a proposta inicial quanto os lances, foram apresentados em formato inadequado às regras do certame, vejamos:

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)		
Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 335,0100	45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 335,0100	08.808.153/0001-71	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 335,0100	51.005.761/0001-77	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 3,3501	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:00:05:053
R\$ 0,0100	45.339.142/0001-16	15/12/2023 10:20:12:093
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:20:32:377
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:21:23:210
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:21:53:880
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:22:41:593
* R\$ 0,0001	10.886.827/0001-06	15/12/2023 10:33:07:333

Nesse sentido, evidente que não assiste razão as irresignações do recorrente, visto que apresentou proposta em manifesta desconformidade com a exigência editalícia. Por conseguinte, não há como sustentar possível obscuridade no regramento, posto que tais questões foram devidamente exemplificadas no exame de esclarecimentos formulado pela Pregoeira.

Além do exposto, não assiste razão ao licitante em suas alegações de exclusão arbitrária de sua proposta, posto que, o ato da Pregoeira foi devidamente motivado.

Desta feita, em concordância com o Termo de Análise de Recurso Administrativo (Id. Sei! 0044687444) que elaborado em observância às razões recursais da empresa RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO (Id. Sei! 0044728443), apresentada no certame, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Pregoeira condutora do certame.

Isto posto, **DECIDO** conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** os recurso interposto pela empresa RONDON - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Pregoeira condutora do certame.

À Pregoeira para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

**Fabiola Menegasso Dias**  
Superintendente Substituta  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Fabiola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 29/12/2023, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044756652** e o código CRC **491F6121**.

---

**Referência:** Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0029.028270/2023-61

SEI nº 0044756652